



Lula determina demissão do presidente do INSS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou na quarta-feira (23) a demissão do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto. Ele é um dos investigados da Operação Sem Desconto, que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã da quarta-feira.

A demissão deve ser efetivada pelo Ministério da Previdência Social, ao qual o INSS é vinculado.

Pela manhã, a Justiça Federal já havia determinado o afastamento cautelar de Stefanutto e de outros cinco

servidores públicos.

A operação investiga um suposto esquema nacional de cobrança de mensalidades associativas não autorizadas que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Após a deflagração da operação, o governo federal anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem de aposentados e pensionistas mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo INSS. (Agência Brasil)

Preço de ingredientes do prato feito tem queda em São Paulo em março

Página 3

Polícia Civil investiga banqueiros envolvidos em fraude milionária

Página 5

Estado de SP registra abertura de mais de 510 mil empresas nos últimos 12 meses, informa Seade

Página 2

Anvisa aprova medicamento para retardar avanço do Alzheimer

Página 5

Número de envolvidos em conflitos por terra salta para 900 mil em 2024

Página 4

CNU de 2025 deve ter 3 mil vagas e ao menos duas novas carreiras

O próximo Concurso Público Nacional Unificado (CNU) deve ter cerca de 3 mil vagas, e a abertura das inscrições está prevista para o mês de junho. As informações foram divulgadas na quarta-feira (23) pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo a ministra, o termo de referência para a chamada das empresas candidatas a compor a banca do concurso já está pronto. Esther Dweck disse que essas informações, a serem publicadas no próximo edital, podem ser divulgadas de forma oficial nesta semana ou na próxima.

O próximo CNU deve ter entre as novidades duas novas carreiras % uma delas é ligada à área de defesa e segurança pública, e a outra é relacionada ao campo do desenvolvimento socioeconômico.

“São duas carreiras muito importantes, que complementam as carreiras de política social, de analista de infraestrutura e de analista de tecnologia da informação”, disse a ministra em entrevista à CNN Brasil.

Os salários iniciais devem ser acima de R\$ 9 mil, podendo chegar a R\$ 21 mil, disse a ministra. Outras carreiras, segundo Esther Dweck, já tiveram autorizações nas áreas de saúde e de administração.

A ministra informou também que, nesta quinta-feira (24), deve haver mais um passo para a contratação das pessoas que passaram no último concurso em cargos que não requeriam curso de formação.

“São cerca de 4,3 mil pessoas que a gente vai publicar a autorização de provimento para que elas possam ingressar no serviço público brasileiro nas próximas semanas, de preferência”, afirmou.

Os candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU) devem começar a ser convocados em maio, segundo previsão anunciada no último dia 15 de abril pelo MGI, após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A expectativa inclui os cargos que não exigem cursos de formação dos oito blocos temáticos, de nível superior e médio. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,70
Venda: 5,71

Turismo

Compra: 5,75
Venda: 5,93

EURO

Compra: 6,46
Venda: 6,46

Governo suspende autorização para cobrança de mensalidade associativa



Página 3

Esporte

Chegada espetacular define primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet

O primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet foi um verdadeiro espetáculo de emoções no Autódromo de Interlagos.

Sob tempo seco e calor, a prova teve uma largada tranquila, mas tudo mudou com o desenrolar da corrida e a parada obrigatória. Gomes, com ritmo constante e preciso, manteve-se na liderança durante praticamente toda a prova, seguido de perto por Aleandro Fortunato e por Nilson Patrone, que vinha em terceiro. Página 14



Copa Joy - Mini Endurance - Abril 2025

Como Chico Landi ajudou na conquista do primeiro título da história



Chico Landi (de branco) em 1948, em sua jornada no automobilismo internacional

A carreira de Francisco Sacco Landi, conhecido no Brasil e no mundo como Chico Landi, foi desde sempre pautada pelo pio-

mes, que também se tornaria uma lenda do esporte. Naquele mesmo ano, Paulão conquistou o primeiro título da história da BRB Stock Car Pro Series, sob os aplausos e olhares de seu ídolo, Chico Landi.

Nascido em 11 de julho de 1907, Landi se desenvolveu como piloto inicialmente no cenário nacional, destacando-se em provas de rua famosas, como o GP Cidade do Rio de Janeiro, no famoso Circuito da Gávea, onde venceu três vezes (1941, 1947 e 1948). Também em 1947, estreou no exterior no GP de Bari, no sul da Itália, e triunfou na prestigiada prova no ano seguinte a bordo de uma Ferrari, sendo o primeiro brasileiro a vencer uma corrida de automobilismo fora do país. Página 14

São Paulo com 44 atletas na seleção brasileira que irá ao 54º Campeonato Sul-Americano

O atletismo paulista terá, mais uma vez, uma participação expressiva em eventos internacionais. Neste fim de semana, entre 25 e 27 de abril, o Brasil disputará o 54º Campeonato Sul-Americano Adulto de Atletismo, na cidade de Mar del Plata, na Argentina, e da delegação de 88 atletas, 44 são de clubes e associações filiadas à Federação Paulista de Atletismo. O estado também contará com seis treinadores, além de uma fisioterapeuta e

uma massoterapeuta.

A competição valerá índices, pontos importantes para o Ranking Mundial e vagas aos campeões de Área Sul-Americana (desde que tenham o melhor resultado na prova na área) na corrida pela qualificação ao Mundial de Atletismo de Tóquio, Japão, em setembro. Os atletas mais jovens têm foco em atuações destacadas nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção, Paraguai, em agosto. Página 14

Estão abertas as inscrições para o 2º Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha



Giovanna Costa Martins em ação no Itatiaia

Já estão abertas as inscrições para o 2º Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, que será realizado no Parque Nacional de Itatiaia, em Itatiaia, Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de junho. As inscrições podem ser feitas entre os dias 22 de abril e 6 de maio no site da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). A

competição será realizada paralelamente ao evento de trail running da Evolution Itatiaia National Park (que tem regulamento e cronograma próprios).

Poderão participar da competição nacional os clubes regularmente filiados às federações estaduais de atletismo. Página 14

SP bate recorde de visitantes estrangeiros no 1º trimestre do ano

O estado de São Paulo bateu recorde no número de estrangeiros recebidos no primeiro trimestre do ano: 807.030, segundo dados do Ministério do Turismo e da Embratur, em parceria com a Polícia Federal. Desse total, 795.285 chegaram por via aérea, o que reforça a posição do estado como uma das principais portas de entrada de visitantes internacionais no Brasil.

O número consolida São Paulo como o maior hub aéreo da América Latina, impulsionado por sua robusta infraestrutura, ampla malha aérea e oferta turística diversificada — que vai de

centros culturais e gastronômicos a roteiros de natureza e negócios. Além disso, o estado se destaca como destino preferencial para turistas de ao menos seis nacionalidades, fortalecendo sua posição estratégica no turismo internacional. Em 2024, o número de turistas estrangeiros que desembarcaram no território paulista foi de 2,3 milhões.

O crescimento foi significativo entre os principais países emissores. A Argentina lidera com um aumento de 95% no número de visitantes em relação ao mesmo período do ano passado. França e Portugal também regis-

traram altas expressivas, de 26% e 22%, respectivamente. Na sequência, aparecem Chile (18%), Estados Unidos (14%) e Reino Unido (4%).

“São Paulo tem uma posição estratégica no turismo nacional. Um estado multitemático, rico e diverso. O aumento na chegada

de turistas é um marco histórico, que reforça nosso papel como protagonista do turismo no Brasil”, afirma o secretário de Turismo e Viagens do Estado, Roberto de Lucena.

Em março, o estado foi a principal porta de entrada do país, com 277.266 turistas internacio-

nais. O Rio de Janeiro aparece em seguida, com 241.812 entradas, seguido pelo Rio Grande do Sul (168.507) e Bahia (17.583).

Turismo nacional em alta

O aumento na chegada de estrangeiros tem impulsionado o turismo nacional, que segue ba-

tendo recordes mês a mês, segundo a Embratur. O Brasil registrou, no primeiro trimestre de 2025, a maior entrada de visitantes internacionais de toda a sua história: 3.739.649 turistas — um crescimento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2024. (Governo de SP)

Prefeituras da região de Bauru aderem ao programa UniversalizaSP

O programa UniversalizaSP, que propõe a organização de consórcios regionais para a prestação de serviços de saneamento, recebeu a adesão de 18 prefeituras da região de Bauru. A iniciativa, coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e gerida pela Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, visa apoiar as cidades paulistas no desafio de garantir resiliência hídrica e alcançar as metas de universalização estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento: 99% de

cobertura de abastecimento de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Os municípios participantes da região de Bauru são: Bariri, Barra Bonita, Bauru, Borebi, Cafelândia, Dois Córregos, Getulina, Guaiçara, Guaiumbê, Guarantã, Iacanga, Igarapuá do Tietê, Itaipu, Lençóis Paulista, Pirajuí, Promissão, Reginópolis e Sabino.

A secretária da Semil, Natália Resende, ressaltou a importância do apoio técnico fornecido pelo Estado: “Com essas adesões, as

prefeituras terão nosso apoio para avançar de forma integrada. Só assim conseguiremos garantir resiliência hídrica e a ampliação do acesso aos serviços de água e esgoto, a chamada universalização”, afirmou.

Ao todo, 214 municípios receberão suporte técnico do governo estadual em estudos de viabilidade técnica, econômica, jurídica e ambiental; análise da governança necessária; elaboração de modelos societários, regulatórios e contratuais; além do mapeamen-

to de potenciais investidores.

O Estado será responsável pela realização dos estudos de viabilidade e pela modelagem das contratações para parcerias regionalizadas — sem custos para prefeituras. Após essa etapa, serão realizadas consultas públicas que antecederem os editais de licitação.

A Semil apoiará a formação de consórcios regionais, respeitando as características de cada bacia hidrográfica e as particularidades de cada localidade. (Governo de SP)

Governo de SP sanciona lei que autoriza PPP das Travessias Hídricas e apresenta iniciativa a investidores europeus

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei que autoriza a concessão do sistema de travessias hídricas à iniciativa privada. Aprovada na semana passada pela Assembleia Legislativa (Alesp), a medida vai permitir a modernização do serviço de transporte aquaviário de passageiros e veículos em diferentes regiões do estado. A sanção foi publicada na edição da quarta-feira (23) do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

“Vamos proporcionar transporte de qualidade para a população que depende de balsas e embarcações para se deslocar, além de facilitar a vida dos visi-

tantes de regiões de enorme potencial turístico. Transformamos o dia a dia das pessoas e ainda atraímos crescimento econômico a cada vez que tiramos esses projetos do papel. Nada resiste ao investimento”, afirma o governador Tarcísio de Freitas.

A iniciativa abre caminho para um investimento de R\$ 1 bilhão na modernização de 14 rotas de balsas e embarcações, que atendem cerca de 40 mil pessoas por dia. Entre as melhorias, estão a aquisição de mais de 40 novas embarcações, incluindo modelos elétricos para aumentar a resiliência climática, e o aprimoramento

da infraestrutura e nos terminais.

Para apresentar o projeto de travessias hídricas a investidores internacionais, o governador Tarcísio de Freitas realiza nesta semana um roadshow por países como Dinamarca, Holanda e Noruega. Além do sistema de travessias, outras iniciativas qualificadas no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP), como o túnel imerso Santos-Guarujá, também estão na pauta dos encontros.

A primeira parada da comitiva paulista foi em Amsterdã, onde se reuniu com executivos da consultora Ballast Nedam. Nos próxi-

mos dias, o governador Tarcísio de Freitas se encontra com lideranças de empresas como TEC Tunnel, Immontec, Ruter, LNS, Sweco, DFDS, Maersk e Femern A/S na Holanda e também na Noruega e na Dinamarca.

A missão também realizará visita técnica às obras do túnel submerso Fehmarnbelt, em construção entre a Dinamarca e a Alemanha. Com 18 quilômetros de extensão, quatro faixas rodoviárias e duas linhas férreas, a megaestrutura é considerada uma referência global e serve de exemplo para o projeto do Túnel Santos-Guarujá. (Governo de SP)

Agrishow 2025: operação especial é montada para garantir segurança viária durante o evento

Com a expectativa de receber milhares de visitantes de todo o Brasil e exterior, o Agrishow 2025 movimentará a cidade de Ribeirão Preto (SP) e a malha viária da região de 28 de abril a 2 de maio. A concessionária Entrevias, juntamente com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a Polícia Militar Rodoviária (PMRV), realizará um Plano Operacional que inclui reforço no efetivo, sinalização específica, rotas alternativas e ações educativas para orientar os motoristas.

Realizada em uma área de mais de 500 mil metros quadrados, a feira é considerada a principal vitrine de inovações para o setor agrícola na América Latina e impacta diretamente o tráfego nas rodovias Prefeito Antônio Duarte Nogueira (SP-322) e Alexandre Balbo (SP-328). Os organizadores do evento estimam mais de 195 mil

visitantes para o período.

A previsão é um acréscimo diário de 8 mil a 10 mil veículos apenas na SP-322, que já contabiliza, em média, 49 mil veículos por dia nos dois sentidos. O maior fluxo de veículos está previsto para os seguintes horários: das 7h às 11h e das 17h às 21h.

Plano operacional

A SP-322, no km 321 – sentido leste –, será a principal via de acesso à Agrishow. O trecho contará com reforço na sinalização horizontal e vertical, além de faixas e banners informativos. Os acessos aos estacionamentos foram organizados para evitar confusão, com veículos utilizando pistas correspondentes ao seu sentido de chegada.

Para facilitar o fluxo, uma nova via de entrada foi criada na rotatória da Avenida Patriarca, além disso, não haverá separa-

ção de veículos por categoria no estacionamento, o que deve agilizar o processo de entrada.

A área da feira será monitorada em tempo real por 356 câmeras e contará com operadores adicionais no Centro de Controle Operacional (CCO) da concessionária integrados ao Centro de Controle Multimodal da Artesp. Os visitantes poderão contar com atendimento aos usuários 24 horas por dia, inclusive com suporte clínico, distribuição de água potável, banheiros e informações nas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs). Totens interativos fornecerão informações sobre condições climáticas e tráfego.

Entre as melhorias implementadas estão o alargamento de vias de acesso e intervenções em rotatórias, que permitem a operação de fluxo “contramão” com segurança. A área pavimentada

do Acesso Leste também foi ampliada, possibilitando a entrada de até três faixas de tráfego.

Ações educativas e comunicação com os motoristas

Em parceria com a Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a concessionária Entrevias apoiará fiscalizações de velocidade e testes de alcoolemia, fornecendo também estrutura para operações especiais. A PMRV prestará apoio no fechamento temporário de acessos, orientação de tráfego e controle de congestionamentos.

Campanhas educativas e mensagens em Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) vão alertar os motoristas sobre as condições de tráfego e rotas alternativas. Faixas informativas e mensagens eletrônicas serão veiculadas nos dias que antecedem a feira e durante todo o evento. (Governo de SP)

Estado de SP registra abertura de mais de 510 mil empresas nos últimos 12 meses, informa Seade

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade lança um novo boletim com foco na análise das empresas no Estado, tendo como base o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal. Essas informações permitem a análise da dinâmica, distribuição geográfica e perfil dessas empresas.

Nessa primeira edição da publicação, os dados mostram que no acumulado dos últimos 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, o estado de São Paulo registrou a abertura de

513.345 novas empresas, excluídas os MEIs. O setor de serviços liderou, com 355.245 novos empreendimentos, 69,2% do total. O comércio ocupou a segunda posição, com 105.661 novas empresas. O desempenho dos demais setores foi: agropecuária (2.419), indústria (23.598) e construção (26.422).

A Região Metropolitana de São Paulo liderou a criação de empresas no acumulado dos últimos 12 meses, com 305.006 novas empresas, 59,4% do total do Estado. Na sequência, destacaram-se as Regiões Administrativas (RAs) de Campinas (67.253

empresas); Sorocaba (23.112); e São José dos Campos (22.724). Outras regiões de destaque foram Santos (16.521), Ribeirão Preto (14.542), São José do Rio Preto (14.275) e Bauru (8.627).

Microempreendedores Individuais (MEIs)

No acumulado dos últimos 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, o Estado de São Paulo registrou a criação de 831.220 MEIs. O setor de serviços concentrou a maior parte dos registros, com 547.267 MEIs, 65,8% do total. Na sequência, apareceram os setores de

comércio (153.576), indústria (68.095), construção (58.536) e agropecuária (3.746).

A Região Metropolitana de São Paulo registrou o maior número de MEIs criados entre março de 2024 a fevereiro de 2025, com 409.638 registros, 49,3% do total estadual. Em seguida, apareceram as RAs de Campinas (130.053), Santos (46.652), São José dos Campos (46.572) e Sorocaba (46.422). Outras regiões de destaque foram São José do Rio Preto (26.296), Ribeirão Preto (25.371) e Bauru (18.390). (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Um dos fundadores da hoje mega cidade, o padre José de Anchieta [nome da sede do parlamento] foi beatificado pelo papa Wojtyła [João Paulo 2º] em 1980 e canonizado [tornado santo pela igreja católica romana] pelo papa Bergoglio [Francisco] em 2014

PREFEITURA (São Paulo)

Fervoroso cristão católico, o prefeito [reeleito em 2024] Ricardo Nunes (MDB) espera que um conservador seja eleito pra um papado que devolva à São Paulo a importância que já teve como maior arquidiocese do Brasil e também maior do mundo ocidental

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Fervoroso cristão católico, o deputado Gil Diniz (PL) ... reeleito na chapa do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL - SP) ... espera que um conservador seja eleito pra um papado que devolva a São Paulo a importância de maior arquidiocese do mundo ocidental

GOVERNO (São Paulo)

Fervoroso cristão católico, o militar [capitão na reserva do Exército] e governador Tarcísio Freitas (Republicanos) espera que um conservador seja eleito pra um papado que devolva a São Paulo a importância da maior arquidiocese do Brasil e do mundo ocidental

CONGRESSO (Brasil)

Partidos com cadeiras na Câmara Deputados(as) e Senado Federal têm como parlamentares maiorias cristãs. São católicos(as) ou protestantes [desde o Século 16]. Quem cresce a cada eleição são os eleitos e reeleitos representando as igrejas cristãs protestantes

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristão [católico apostólico romano], o presidente Lula da Silva (dono do PT) tá viajando pra Roma [Itália], pra participar do protocolo de governantes ao falecido papa Bergoglio [Francisco]. Leva a esposa ‘Janja’, que convive muito bem com religiões de origens africanas

HISTÓRIAS

Igrejas católicas [orientais com autonomia jurídica ... sob autoridade papal via Vaticano romano: a caldeia, a siríaca, a maronita, a copta, a etíope, a eritréa, a malabar, a melquita, a ítalo-albanesa, a greco-grega, a greco-ucraniana, a greco-bielorrussa, greco-russa, ...

RELIGIOSAS

... a greco-búlgara, a greco-romena, a greco-croata, a grego-húngara, a greco-eslovaca, a greco-rutena, a greco-macedônica e a siro-malabar. A católica inglesa, hoje anglicana, rompeu com o Vaticano no Século 16. A chefia passou a ser dos reis [hoje Charles 3º] e das rainhas

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - “Louvai ao Senhor! Louvarei ao Senhor de todo o coração, na assembleia dos justos e na congregação” Salmos 111:1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Gráfica Pana

Governo suspende autorização para cobrança de mensalidade associativa

O governo federal anunciou, na quarta-feira (23), a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem, de aposentados e pensionistas, mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A medida foi anunciada poucas horas após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a chamada Operação Sem Desconto, que aprofunda as investigações sobre um suposto “esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas” que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

No âmbito da operação, a Justiça Federal determinou o afastamento cautelar do presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e de outros cinco servidores públicos investigados. Também autorizou a PF a cumprir 211 mandados judiciais de busca e apreensão, seis prisões temporárias. Além disso, determinou o sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão e a suspensão dos descontos cobrados por nove das 11 entidades associativas que são alvo da operação.

“Para além da decisão judicial, que suspendeu os descontos para nove dessas entidades, estamos suspendendo os acordos de cooperação técnica de todas as demais organizações associativas”, disse o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, durante coletiva de imprensa, da qual também participaram os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Previdência Social, Carlos Lupi, além do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

De acordo com o ministro, cerca de 3 milhões de beneficiários do INSS têm algum valor descontado mensalmente de suas aposentadorias ou pensões a título de desconto associativo. A suspensão dos acordos e, conseqüentemente, das deduções de qualquer valor, servirá como um “freio de arrumação” no sistema de parcerias entre o INSS e as organizações da sociedade civil.

“Ninguém quer impedir que as pessoas se associem livremente, desde que elas demonstrem o interesse em fazê-lo”, comentou Carvalho. “A suspensão é uma medida administrativa para fazermos uma análise desses processos como um todo. E, assim, garantir a higidez e a integridade do processo daqui para frente [...] É importante que todas as pessoas que, por acaso, tenham esse

desconto, saibam exatamente o porquê de isso acontecer. E, principalmente, que tenham manifestado concordância com os descontos.”

Histórico

Após afirmar que, mais que uma ação de combate à corrupção e às fraudes, a Operação Sem Desconto é uma iniciativa em defesa dos aposentados e pensionistas de todo o país, Carvalho explicou que, em 2023, a CGU começou a apurar “o aumento do número de entidades e de valores descontados”.

“É muito importante destacar que estes descontos não começam em 2023, mas lá atrás. E vêm em um crescente, ao longo dos anos. A partir de 2023, contudo, quando assumimos o governo, e técnicos da CGU identificaram um aumento desses descontos e das reclamações de aposentados e pensionistas, começamos esta apuração”, destacou o ministro.

A partir daí, técnicos da CGU realizaram auditorias em 29 entidades que tinham acordos de cooperação técnica (ACTs) com o INSS. Além disso, entrevistaram 1,3 mil aposentados que tinham descontos em folha de pagamento.

“Mais de 90% destes entrevistados não reconheciam ter autorizado esses descontos.

Muitos, inclusive, só ficaram sabendo da ilegalidade do desconto durante a entrevista – ou eles desconheciam o desconto ou achavam que ele era obrigatório”, acrescentou Carvalho.

Os técnicos da CGU concluíram que as 29 entidades auditadas não tinham estrutura operacional para prestar os serviços que afirmavam oferecer aos beneficiários, como descontos na aquisição de produtos e serviços, incluindo convênios de planos de saúde ou assistência jurídica. Também identificaram que 70% das 29 entidades analisadas não tinham entregue a documentação necessária para justificar o desconto.

“Acho que por volta de 40% das entidades auditadas não entregaram documentação alguma. Cerca de 30% a entregaram incompleta e, ainda assim, estavam habilitadas a oferecer o serviço. Como este tipo de coisa aconteceu é o objeto da investigação”, disse o ministro, reforçando que, só entre 2019 e 2024, as entidades cobraram de aposentados e pensionistas em torno de R\$ 6,3 bilhões.

“Mas seria precipitado dizer que todo este montante é ilegal; que 100% dos aposentados que pagam o desconto associativo tiveram seus consentimentos fraudados. Só na amostra que a

CGU fez, de 1,3 mil beneficiários, deu 97% de fraudes, com as pessoas dizendo não estarem de acordo, não sabendo ou não terem autorizado o desconto”, completou o ministro Vinicius de Carvalho.

Os dados do INSS e da CGU apontam que, a partir de 2016, o montante descontado de pensionistas e aposentados por meio dos descontos associativos – autorizados ou não – cresceu ano após ano. Em 2016, foram R\$ 413 milhões; em 2017, R\$ 460 milhões; em 2018, R\$ 617 milhões; em 2019, R\$ 604 milhões. Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o valor caiu para R\$ 510 milhões. Em 2021 foram descontados R\$ 536 milhões. Em 2022, R\$ 706 milhões. Em 2023, R\$ 1,2 bilhão. E, no ano passado, R\$ 2,8 bilhões.

Descontos

A mensalidade associativa é uma contribuição que aposentados, pensionistas ou pessoas de uma determinada categoria profissional pagam, periodicamente, para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses de seus membros do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o INSS recebeu 1 milhão de reclamações acerca de descon-

tos indevidos, motivando o cancelamento dos descontos auto-declarados como não autorizados. Além disso, em março do ano passado, o instituto estabeleceu novas regras para regulamentar o desconto associativo.

Assinada por Alessandro Stefanutto, a Instrução Normativa Pres/INSS nº 162 estabelece o percentual máximo da dedução e que o desconto deve ser previamente autorizado pelo aposentado ou pensionista, que tem de assinar um termo de adesão.

O beneficiário que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer a exclusão da cobrança usando o aplicativo do instituto, o site Meu INSS ou a central telefônica 135. Também é possível pedir o bloqueio temporário da cobrança.

O aposentado ou pensionista que não tenha autorizado os descontos também pode solicitar o estorno de valores cobrados indevidamente. Para isso, ele deve entrar em contato com a entidade responsável que recebeu as quantias descontadas (cujo telefone é informado no contracheque do beneficiário). Se preferir, o interessado também pode enviar e-mail para o endereço eletrônico acordo.mensalidade@inss.gov.br, informando o ocorrido. (Agência Brasil)

Preço de ingredientes do prato feito tem queda em São Paulo em março

Levantamento da Associação Paulista de Supermercados (Apas), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, em março, o preço dos principais ingredientes do prato feito caiu no estado de São Paulo.

A carne bovina, item de maior peso na composição do prato, registrou recuo de 1,16%. No acumulado deste ano, a queda chega a 0,49%. Entre os cortes que mais baratearam desde janei-

ro, destacam-se a picanha (6,16%), fraldinha (4,91%), contrafile (2,89%) e patinho (2,21%).

“O aumento da oferta de fêmeas para abate, combinado à diminuição da demanda por carne devido ao término do período de festas e à substituição por outros produtos com preços mais acessíveis, pode explicar a redução nos preços em março. O arrefecimento da taxa de câmbio durante o primeiro trimestre do ano e a que-

da nos preços da ração também contribuíram com a redução nos preços da carne no mês”, explicou o economista-chefe da Apas, Felipe Queiroz.

O preço do arroz recuou 2,40% em março, enquanto o feijão teve leve alta de 0,63%, mas acumula expressiva deflação de 24,76% nos últimos 12 meses. No mesmo período, a categoria de cereais apresentou queda de 12,75%.

“Em março, toda a subcategoria de cereais recuou 1,29%,

mantendo a tendência de deflação observada desde o segundo trimestre de 2024. Esse processo deflacionário está relacionado principalmente à diminuição no preço do feijão, que está em queda desde o mês de abril do ano passado”, disse Queiroz.

Percepção

A redução dos preços, no entanto, ainda não foi sentida pelos consumidores. A servidora pública Gisele Fernandes, de 53 anos de

idade, disse que não percebeu queda nos supermercados.

“Os preços praticados no segmento da alimentação, como o arroz, o feijão e a carne, já vêm em uma ascendência galopante desde novembro do ano passado. Esses alimentos, a meu ver, ficaram com o preço impraticável. A solução está sendo diminuir o consumo desses alimentos”, disse.

Já a assistente de recursos humanos Andreza Ferreira, de 43

anos de idade, notou a diminuição nos preços.

“Esse último mês percebi que o arroz e o feijão tiveram uma queda e deu para comprar de novo a marca mais cara que eu comprava. Antes, para poder adequar a minha renda, eu tive que trocar de marca para não ter um peso no orçamento. A carne eu não senti tanta diferença, eu ainda continuo fazendo minhas alternativas”, disse. (Agência Brasil)

Após live na UTI, STF intima Bolsonaro em hospital de Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi intimado na quarta-feira (23) sobre o processo criminal que deverá responder no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a criação de um grupo de trabalho golpista que pretendia impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intimação ocorreu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde se recupera de uma cirurgia no intestino.

No dia 11 deste mês, o ministro Alexandre de Moraes determinou a intimação de todos os denunciados do núcleo 1 que viraram réus após o julgamento da Primeira Turma da Corte que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A medida é uma formalidade prevista na legislação para comunicar pessoalmente os réus sobre a abertura da ação penal.

As intimações foram concluídas entre os dias 11 e 15 de abril, exceto no caso de Bolsonaro, que passou mal no dia 12 e foi submetido a cirurgia nos dias seguintes.

Diante do estado de saúde do ex-presidente, o STF esperava uma data adequada para intimá-lo. Contudo, Bolsonaro realizou uma live na terça-feira (22) direto da UTI, e o Supremo determinou que um oficial de Justiça fosse na

quarta-feira ao hospital.

Passo a passo

Com a abertura do processo criminal contra o núcleo 1, os acusados passam a responder pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de pa-

trimônio tombado.

A ação penal também marca o início da instrução processual, fase na qual os advogados poderão indicar testemunhas e pedir a produção de novas provas para comprovarem as teses de defesa. Os acusados também serão interrogados ao final dessa fase. Os trabalhos serão conduzidos pelo gabinete do ministro Alexandre de

Moraes, relator do caso.

Após o fim da instrução, o julgamento será marcado e os ministros vão decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão condenados à prisão ou absolvidos. Não há data definida para o julgamento.

Em caso de condenação, a soma das penas para os crimes passa de 30 anos de prisão. (Agência Brasil)

Senado cria grupo para discutir mineração em terras indígenas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), informou na quarta-feira (23) a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir a mineração em terras indígenas. Com 11 senadores, o grupo será presidido pela vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a senadora Tereza Cristina (PP/MS).

Segundo ato publicado no Diário Oficial do Senado da terça-feira (22), o grupo terá 180 dias para elaborar uma proposta de projeto de lei para regulamentar a pesquisa e a lavra de recursos minerais nos territórios indígenas.

“A medida atende ao que estabelece a Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para legislar sobre o tema”, diz nota do presidente do Senado.

Historicamente, as principais organizações indígenas do Brasil são contrárias à exploração mineral em seus territórios. Recentemente, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, se manifestou contra esse tipo de empreendimento nas terras dos povos originários.

Segundo Alcolumbre, o objetivo é oferecer uma proposta

“equilibrada, tecnicamente fundamentada e livre de contaminações ideológicas”.

“O Senado Federal não quer um texto que legítima a exploração predatória de nossas riquezas, como já vimos tantas vezes no passado. Também não queremos uma iniciativa que paralise a inclusão social dos povos que vivem nessas terras e que desentram um futuro com melhores condições. Nosso compromisso é com um texto responsável, que concilie desenvolvimento com respeito aos direitos das comunidades tradicionais”, disse o presidente do Senado.

No início deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, sugeriu projeto de lei que abriria caminho para mineração em terras indígenas. Diante das críticas de representantes indígenas, a proposta foi suspensa.

Durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, no início deste mês, os indígenas voltaram a criticar a mineração em seus territórios. O evento é a principal e maior manifestação indígena do Brasil.

A coordenadora secretária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasilei-

ra (Coiab), Marciely Tupari, explicou à Agência Brasil, durante o acampamento, que a mineração tem impactos negativos no modo de vida das comunidades.

“A gente tem exemplo do impacto que a mineração traz para dentro dos territórios e dos nossos rios, como ocorre com os Yanomami e os Mundurucu. Os parentes estão sofrendo com a desnutrição, com mercúrio dentro do corpo, os peixes estão contaminados”, afirmou Marciely.

O grupo de trabalho será composto pelos seguintes membros: Senadora Tereza Cristina (PP),

que o presidirá

Senador Plínio Valério (PSDB)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)

Senador Eduardo Braga (MDB)

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS)

Senador Marcos Rogério (PL)

Senador Rogério Carvalho (PT)

Senador Efraim Filho (UNIÃO)

Senador Weverton (PDT)

Senador Rodrigo Pacheco (PSD)

Senador Cid Gomes (PSB) (Agência Brasil)



Número de envolvidos em conflitos por terra salta para 900 mil em 2024

Os conflitos por terras no Brasil envolveram 904 mil pessoas no ano de 2024, divulgou na quarta-feira (23) a Comissão Pastoral da Terra, no relatório Conflitos no Campo Brasil referente ao ano passado. Em 2023, esses conflitos envolveram 792 mil pessoas, o que representa que mais de 100 mil pessoas a mais foram afetadas por esses confrontos no ano passado, quando resultaram em 13 assassinatos.

Esse número foi registrado apesar de ter havido uma queda no número de conflitos no campo em relação a 2023, ano que teve o maior patamar da série histórica do relatório em 29 anos, com 2.250 conflitos. Já em 2024, houve 2.185 ocorrências desse tipo.

O documento mostra que a maior parte desses conflitos diz respeito a violências contra a ocupação e a posse da terra, o que inclui despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences, pistolagem, grilagem, invasões e outras violências.

Segundo o levantamento da Comissão Pastoral da Terra, os fazendeiros são os principais agentes causadores da violência por terra. O relatório aponta o grupo como responsável por 44% das violências relacionadas à terra, com 739 registros. Os donos de fazendas também são apontados como os principais responsáveis pelos casos de incêndios (47%) e desmatamento ilegal (38%).

O relatório mostra ainda que grileiros, empresários e madeiros completam a lista dos maiores causadores de conflitos e violências. Já entre os segmentos que mais sofrem violência, os povos indígenas representam 29% dos registros.

Também houve um aumento expressivo na quantidade de conflitos sofridos por posseiros, com 425 casos, e quilombolas, com 221, especialmente entre os povos e comunidades tradicionais do Maranhão, onde foram registrados 22 casos.

Segundo o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ricardo Hoepers, o trabalho da CPT mostra a preocupação da pastoral em dar visibilidade para as "periferias existenciais e geográficas", conforme pregava o Papa Francisco.

"Um relatório anual sobre os conflitos no campo é exatamente um esforço contínuo da CPT para não deixar ninguém invisibilizado, ninguém anônimo, para mostrar nomes, contar biografias, para mostrar que temos os mesmos direitos. Tenho certeza de que o Papa Francisco tem orgulho do trabalho realizado", disse o religioso durante o lançamento do relatório.

O documento chama atenção

para a ação de um grupo ruralista autodenominado "Movimento Invasão Zero", composto por grandes fazendeiros e proprietários de terras e que conta com apoio de parlamentares ligados ao agronegócio. O grupo é conhecido por suas ações violentas contra famílias em situação de acampamento, ocupações e retomada de territórios, contando com o apoio de milícias, agentes de segurança privada e forças policiais.

Um dos casos apontados com envolvimento do grupo é o assassinato de Maria Fátima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó, em 21 de janeiro. O crime foi cometido por um fazendeiro ligado ao Movimento Invasão Zero, com apoio da polícia, em uma ação articulada contra a retomada indígena Pataxó Hã Hã Hã.

"O caso da Nega Pataxó é emblemático e, como fato, dita os rumos de 2024, uma vez que foi o primeiro assassinato do ano e pela ação do Invasão zero, que tem destaque como um dos principais agentes promotores da violência no campo em 2024", diz o documento.

Além das atuações diretas em conflitos no campo, o grupo também exerce influência nas casas legislativas brasileiras, promovendo propostas de lei que buscam, sobretudo, a criminalização das ocupações de terras e das retomadas de posse por comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Nos estados de Goiás, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pará e Pernambuco, ocorreram ações assumidas e/ou comprovadas enquanto ataques violentos por parte do grupo Invasão Zero. Já em outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Santa Catarina, também ocorreram ataques coordenados de grupos de fazendeiros, onde há suspeitas de que tenham sido articulados pelo Invasão Zero.

Na avaliação do presidente da CPT, Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, o apoio e a ligação de parlamentares com esse tipo de movimento colocam o legislativo federal e as assembleias legislativas estaduais como "parte do problema" da violência no campo.

Dom José Ionilton citou como exemplo a legislação que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, como fonte de conflito por terra.

"A nossa luta é para não deixar que a legislação venha para atrapalhar a vida do camponês, do ribeirinho, dos assentados, dos indígenas, dos quilombolas e tantas outras pessoas. Trabalhamos para que a reforma agrária avance para assentar os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, pois acreditamos que a reforma agrária é o caminho mais eficiente para diminuir ou até mesmo acabar com a violência no campo", defendeu. (Agência Brasil)

Governo de SP inicia roadshow internacional e apresenta túnel Santos-Guarujá a investidores holandeses

O governador Tarcísio de Freitas iniciou na terça-feira (22) o primeiro dia de reuniões do terceiro roadshow internacional promovido pela gestão neste ano. O objetivo é atrair investidores para os projetos do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI-SP), que conta com portfólio estimado em mais de R\$ 550 bilhões.

Durante encontro realizado em Amsterdã, na Holanda, a comitiva paulista apresentou o projeto do túnel imerso Santos-Guarujá a executivos da construtora Ballast Nedam. Aguardada há mais de um século pela região, a ligação contará com faixas para veículos, ciclovia, passagem para pedestres e uma via exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O leilão está agendado para 1º de agosto e o investimento estimado é de R\$ 6 bilhões, por meio de uma concessão patrocinada com duração de 30 anos.

Outra iniciativa apresentada aos investidores foi o projeto de

modernização das travessias híbridas, que prevê R\$ 1 bilhão em investimentos para a modernização de 14 linhas de transporte aquaviário. A proposta inclui ainda a substituição da frota por mais de 40 embarcações de última geração, incluindo modelos elétricos, que ampliarão a sustentabilidade do sistema. O edital será lançado ainda no primeiro semestre de 2025.

Os próximos compromissos da missão internacional serão na Dinamarca e Noruega, onde o governador Tarcísio de Freitas se reunirá com lideranças de empresas como TEC Tunnel, Immontec, Ruter, LNS, Sweco, DFDS, Maersk e Femern A/S.

A comitiva também fará uma visita técnica às obras do túnel submerso Fehmarnbelt, em construção entre a Dinamarca e a Alemanha. Com 18 quilômetros de extensão, quatro faixas rodoviárias e duas linhas férreas, a megaestrutura é considerada uma referência global e serve de exemplo para o projeto do Túnel Santos-Guarujá. (Governo de SP)

BRANCO PERES AGRO S/A. - CNPJ (MF) 43.619.832/0001-01														
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO														
Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que dispõe o estatuto social e de conformidade com a exigência legal, a diretoria submete à apreciação de V.Sa., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. A Diretoria São Paulo, (SP) Abril de 2025														
Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demais Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)														
Ativo	2024				2023				Demonstração de Resultados					
	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado		
Circulante														
Disponível	35.493	35.512	13.960	13.964	Fornecedores	37.783	40.140	42.682	44.432	Receita Bruta	460.666	469.632	434.732	434.732
Aplicação Financeira	82.273	83.314	28.360	28.360	Financiamentos/Empréstimos	79.751	79.751	45.381	45.381	(-) Deduções de Vendas e Serviços	(27.119)	(28.111)	(37.000)	(37.000)
Clientes	24.722	24.722	35.332	35.332	Impostos/Tributos a Recolher	7.604	7.606	5.518	5.518	Receita Líquida	433.567	441.581	397.731	397.731
Clientes	1.128	1.128	18.432	16.432	Salários/Férias a Pagar	6.660	6.669	6.783	6.783	(-) Custos dos Produtos e				
Estoques	117.476	120.899	120.684	123.939	Recbimentos Antecipados	6.120	6.120	5.309	5.309	Serviços Vendidos	(293.333)	(301.504)	(304.521)	(304.521)
Ativo Biológico	41.673	50.936	60.539	66.884	Venda para Entrega Futura	1.868	1.868	1.912	1.912	(-) Variação negativa a valor justo	(26.892)	(28.693)	(36.014)	(36.014)
Adiantamento a Fornecedores	13.308	13.692	8.258	8.258	Juros s/ Capital Próprio a pagar	13.992	13.992	11.245	11.245	Variação positiva a valor justo	2.477	5.541	20.369	20.369
Outros Créditos	23.527	24.312	28.346	28.346	Dividendos a pagar	-	-	1.029	1.029	Lucro Bruto	115.819	116.925	77.565	77.565
Despesas Antecipadas	377	377	365	365	Parcerias a pagar	27.510	27.510	28.084	28.084	Recargas e Despesas Operacionais				
Total	339.977	354.892	312.257	321.879	Total	181.288	183.655	147.963	149.714	Despesas com Vendas	(322)	(322)	(619)	(619)
Ativo Não-Circulante					Passivo Não-Circulante					Administrativas e Gerais	(16.179)	(16.896)	(15.061)	(15.074)
Depósitos Judiciais	2	2	45	45	Fornecedores	80.442	80.442	65.453	65.453	Despesas Tributárias	(3.667)	(3.841)	(1.976)	(1.976)
Mútuo - Sócio	10	10	-	-	Financiamentos/Empréstimos	59.005	68.072	53.830	53.830	Outras Receitas Operacionais	4.524	4.526	24.277	24.255
Outros	2.211	3.034	6.518	1.968	Empréstimos Sócios/Coligadas	23.296	23.296	22.043	22.043	Outras Despesas Operacionais	(2.033)	(1.300)	(3.405)	(3.405)
Direito de Uso Parcerias	371.377	371.377	382.848	382.848	Impostos/Tributo Diferido	-	-	1.042	9.954	Resultado Antes das				
Investimentos	9.029	230	3.552	230	Provisões p/ contingência	386	386	434	434	Operações Financeiras	98.141	99.092	80.780	80.746
Imobilizado	309.158	314.696	282.667	282.667	Parcerias a pagar	363.910	363.910	365.048	365.048	Receitas Financeiras	39.639	40.119	57.532	57.577
Diferido	39	39	40	40	Total	527.039	537.148	516.761	516.761	Despesas Financeiras	(118.940)	(119.329)	(53.487)	(53.487)
Intangível	339	339	348	348	Patrimônio Líquido					Lucro Antes do Imposto Renda	18.840	19.882	84.825	84.836
Total	692.165	689.726	676.019	668.147	Capital Realizado	74.805	74.805	74.805	74.805	e Contribuição Social	2.962	2.686	1.108	1.108
					Reservas e Incentivos Fiscais	79.367	79.367	79.367	79.367	CSL Diferido	8.228	7.462	3.079	3.079
					Reserva Legal	13.368	13.368	13.004	13.004	IRPJ Diferido	(6.311)	(6.311)	(5.949)	(5.953)
					Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	Contribuição Social	(16.455)	(16.455)	(16.501)	(16.508)
					Resultado a Destinar	156.276	156.276	156.375	156.375	Imposto de Renda	7.264	7.264	66.562	66.562
					Total	323.815	323.815	323.551	323.551	Lucro Líquido do Exercício	7.264	7.264	66.562	66.562
Total Geral do Ativo	1.032.142	1.044.618	988.276	990.026	Total Geral do Passivo	1.032.142	1.044.618	988.276	990.026					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social		Reserva Legal		Prejuízo Acumulado
	2024	2023	2024	2023	2024
Saldo em 31/12/2022	74.805	111.575	9.676	71.962	268.018
Resultado do Período	-	66.562	-	-	66.562
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	(3.329)	3.329	-	-
Resultado Benefício Fiscal	-	(7.405)	-	-	7.405
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-
Amortização de Prejuízo	-	-	-	-	-
Juros de Capital Próprio	-	(11.029)	-	-	(11.029)
Saldo em 31/12/2023	74.805	156.375	13.005	79.367	323.551
Resultado do Período	-	7.264	-	-	7.264
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	(363)	363	-	-
Resultado Benefício Fiscal	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-
Amortização de Prejuízo	-	-	-	-	-
Juros de Capital Próprio	-	(7.000)	-	-	(7.000)
Saldo em 31/12/2024	74.805	156.275	13.368	79.367	323.815

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objetivo a industrialização da cana-de-açúcar, para a produção de álcool, açúcar e geração de energia elétrica. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é produzida em áreas de parcerias com os acionistas e terceiros e também adquirida em condições normais de mercado de fornecedores. A empresa possui uma operadora de grãos, denominada Branco Peres Grãos Ltda, da qual é detentora de 100%.	5. Estoques:	BP Agro Consolidado
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis e mandadas da legislação Societária, em conformidade com o disposto nas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas reguladoras posteriores.	Produtos Acabados	74.031 83.470
3. Descrição das práticas contábeis: a) Aplicações Financeiras: Registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. b) Direitos e Obrigações: Atualizados aos índices de variação monetária e juros, nos termos dos contratos vigentes de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço. c) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição de produção que não exceda ao valor de mercado. Os custos de entre-safra serão apropriados aos custos de produção no decorrer da próxima safra. d) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear nas taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e valor residual, de acordo com a Lei 11.638/07. e) Contingências: Despesas decorrentes de processos fiscais, trabalhistas ou de responsabilidade civil são provisionadas quando conhecidos, não sendo esperados impactos relevantes de ações em andamento. f) Incesto de Renda e Contribuição Social: f.a) Imposto de Renda - calculado a alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%. f.b) Contribuição Social - calculada a alíquota de 9%. f.c) Imposto Diferido provisionado sobre os valores de contingências e demais provisões de ganhos e perdas registrados. g) Estão provisionadas os possíveis ganhos/perdas com operações de NDF com base nos indicadores em 31/12/2024. h) Os Ativos Biológicos são registrados, amortizados durante o exercício e remensurados em 31/12/2024 sempre embasados a índices de mercado. i) A partir de janeiro/2019 a empresa passou a reconhecer no balanço os contratos de parceria de cana de açúcar conforme NBC 06 (R2). j) O exercício encerrou com prejuízo que será proposto a amortização com Lucros Acumulados a Destinar. k) Em 2023 foram aprovados e contabilizados créditos de IRPJ/CSL em função de subvenção fiscal de ICMS, conforme LC 160/2017. l) Balanço auditado conforme parecer nº 179-2025, pela empresa Moore Prisma Auditores Independentes.	Edificações	25 16.331
	Móveis e Utensílios	10 4.496
	Maquinismos e Acessórios	10 244.391 226.968
	Veículos	5 16.638
	Culturas Permanentes	4 398.630 329.507
	(-) Depreciação Acumulada	(372.800) (310.511)
	Terenos	237 237
	Manutenção Entressafra	- -
	Total	309.158 282.667
	7. Financiamentos	BP Conso-lidado
	Moeda Nacional	Agro
	Empréstimo com Sócios/Coligadas	23.296 22.043
	Arrendamento Mercantil Financeiro	- -
	Contrato Câmbio - ACC	50.774 22.239
	Finame	71.433 68.733
	Custeio Agrícola	8.249 8.249
	Provisão Perdas Derivativos	8.300 -
	Total	162.052 121.265
	Parcelas Classificadas no Circulante	79.751 45.391
	Parcelas Classificadas no Não Circulante	82.301 75.873
	Finame: Juros de 3,00% a 11,09% a.a. Custeio Agrícola: Juros de 8,25% a 16,40% a.a. PRORENOVA: Juros de 4,60% a 6,44% a.a. ACC: Juros de 2,20% a 6,25% a.a. Os financiamentos a longo prazo vencem entre 2025 a 2033. Garantias: Alienação fiduciária de bens, equipamentos industriais e aval dos acionistas.	
	8. Capital Social: O capital social é representado por 296.324.274,028 ações nominativas, sem valor nominal. Os acionistas tem direito a um dividendo mínimo de 6,00% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei nº 6.404/76.	

Demonstração do Fluxo de Caixa				
	2024		2023	
	BP Agro	Conso-lidado	BP Agro	Conso-lidado
Fluxos de caixa originados de:				
Atividades Operacionais				
Valores Recebidos de Clientes	443.392	451.265	416.466	416.466
Valores pagos a empregados administrativos	(6.539)	(6.541)	(5.579)	(5.579)
Valores pagos de despesas administrativas	(14.620)	(14.908)	(21.326)	(21.326)
Valores pagos de impostos e taxas	(24.366)	(24.575)	(25.938)	(25.938)
Valores pagos de serviços prestados terceiros a administração	(1.479)	(1.479)	(1.970)	(1.970)
Valores pagos a fornecedores	(116.047)	(116.047)	(124.915)	(130.961)
Valores pagos a empregados indústria e agrícola	(60.493)	(60.518)	(50.732)	(50.732)
Valores pagos de despesas industriais	(1.614)	(1.614)	(1.111)	(1.111)
Valores pagos a serviços prestados por terceiros	(35.566)	(39.025)	(33.841)	(33.841)
Valores pagos de manutenção industrial durante a safra	(5.281)	(5.281)	(5.896)	(5.896)
Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra	(5.833)	(5.833)	(7.822)	(7.822)
Valores pagos de despesas agrícolas	(29.316)	(34.282)	(25.934)	(25.934)
Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas	(49.336)	(49.336)	(57.071)	(57.071)
Valores pagos de despesas de				



No Zebra Network S.A.

CNPJ nº 04.663.570/0001-28

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Notas	2024	2023
Ativo		9.908	17.247
Ativo circulante		3.068	8.598
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.763	8.598
Contas a receber de clientes e outros	4	3.685	7.185
Impostos a recuperar	5	283	962
Despesas antecipadas	5	254	415
Outros ativos		104	87
Ativo não circulante		29.853	58.066
Aplicações financeiras - Caução aluguel		-	84
Impostos a recuperar	5	1.190	1.104
Depósitos judiciais		265	265
Imobilizado	6	687	1.274
Intangível	7	27.711	55.339
Total do ativo		39.942	75.313

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A No Zebra Network S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 01.02.2002, de acordo com os arts. 15 e 16 da Lei nº 6.406/76, com sede à Rua Ceará, 470, na cidade de São Paulo, SP. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio e/ou de terceiros, a publicidade por telemóvel. Os websites de propriedade da Companhia são: Baiwaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso, The Brief e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de serviço de construção de websites de conteúdo além da comercialização da produção de conteúdo digital e produção de vídeos para publicidade. Em resposta ao resultado do último exercício, a Administração adotou um plano estratégico para reverter o prejuízo e fortalecer a sustentabilidade financeira da Companhia ao longo de 2025. Entre as principais iniciativas, destaca-se a intensificação da produção de vídeos e conteúdos exclusivos, com o objetivo de ampliar o engajamento da audiência e ofertar soluções mais segmentadas, alinhadas às tendências de mercado. Adicionalmente, já está vigente um contrato mais rigoroso sobre os custos variáveis e fixos, garantindo maior eficiência na alocação de recursos e na gestão financeira. Além disso, foi revisada a forma de análise de margem dos projetos, adotando uma visão mais integrada ao negócio. Essa abordagem permitirá um controle mais preciso dos custos variáveis de cada projeto e dos custos fixos gerais da Companhia de maneira unificada, viabilizando ajustes estratégicos para otimizar despesas e melhorar a rentabilidade operacional. Tais medidas têm como propósito aprimorar a eficiência operacional, fortalecer a competitividade da Companhia e impulsionar a recuperação dos resultados financeiros de 2025 e próximos períodos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil, as quais compreendem as normas e interpretações contábeis brasileiras e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no dia de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis: O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com 124,27 dias de antecipação.

2.3.2. Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análises individuais dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes.

2.3.3. Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.4. Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC T/G D0/R- "Arrendamentos".

2.3.5. Intangível: Ativos intangíveis são aqueles que não são identificados e mensurados separadamente em balanços de abertura de exercícios. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é conhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil utilizada e o método de amortização são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.6. Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC T/G D0/R- "Arrendamentos".

2.3.7. Intangível: Ativos intangíveis são aqueles que não são identificados e mensurados separadamente em balanços de abertura de exercícios. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é conhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil utilizada e o método de amortização são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.8. Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análises individuais dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes.

2.3.9. Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.10. Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC T/G D0/R- "Arrendamentos".

2.3.11. Intangível: Ativos intangíveis são aqueles que não são identificados e mensurados separadamente em balanços de abertura de exercícios. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é conhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil utilizada e o método de amortização são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.12. Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análises individuais dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes.

2.3.13. Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.3.14. Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC T/G D0/R- "Arrendamentos".

2.3.15. Intangível: Ativos intangíveis são aqueles que não são identificados e mensurados separadamente em balanços de abertura de exercícios. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é conhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil utilizada e o método de amortização são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida		16	14.333
(-) Custo dos serviços prestados		17	12.238
Lucro bruto		2.096	6.020
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	17	(933)	(743)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.113)	(9.355)
Outras (despesas) receitas líquidas	18	(27.065)	911
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(32.016)	(31.67)
Receitas financeiras	19	978	745
Despesas financeiras	19	(54)	(361)
Variação cambial, líquida	19	19	(55)
Prejuízo antes do IR e CS		(31.073)	(2.838)
(-) IR e CS - Corrente	20	22	(46)
Prejuízo do exercício		(31.041)	(2.885)

Análise do valor recuperável: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. T. Intangível: O Intangível é composto por:

	Taxas de amortização	Custo	Amortização acumulada	Impairment (a)	2024	2023
Ágio - goodwill (a)		189.118	-	(165.444)	23.673	49.852
Dominios de internet (b)	- 2.025	-	-	- 2.025	2.025	2.025
Software (c)	20%	1.696	(1.635)	-	61	574
Marcas e patentes	- 78	-	-	-	78	78
Pesquisa e desenvolvimento (d)	- 6.716	(4.843)	-	-	1.874	2.810
Total		199.633	(6.478)	(165.444)	27.711	55.339

(a) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05.01.2015 e está apresentado pelo valor líquido do impairment. (b) Refere-se a gastos com registros dos domínios dos websites, sem vida útil definida. Os domínios não são amortizados e são testados anualmente para impairment. (c) Registro dos Softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pelo prazo de licença definido em contrato; e (d) Em 2023, os projetos que integram o ativo intangível de Pesquisa e Desenvolvimento desde 2022 são o Novo Tecmundo, focado na experiência mobile-first e ampliação de conteúdos comerciais e o Novo Click Jogos, visando maior rentabilidade e competitividade através da atualização de acervo e implementação de novos formatos vendáveis. Além disso, em 2023, houve o desenvolvimento de novos projetos, sendo eles o Novo Mega Curioso e Novo Baiwaki. Ambos contêm com a alocação de recursos para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas, visando ampliar a experiência do usuário e fortalecer as marcas no mercado de modo a atender o conteúdo mobile-first. Isso envolve a reformulação completa da aplicação substituindo tecnologias como ASP clássico por Node e React. Em 2022, iniciou-se a amortização dos projetos com o acompanhamento de business plan de retorno com benefícios futuros e que leve continuidade para 2024. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Movimento do intangível	Softwares	Marcas e patentes	Domínios de internet	Pesquisas e desenvolvimento	Ágio - Goodwill	Total
Saldos em 31.12.2022	986	78	2.025	3.225	49.852	56.166	1.339
Adições	100	-	-	1.868	-	-	1.068
Baixas	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Amortização	(512)	-	-	(2.294)	-	-	(2.806)
Saldos em 31.12.2023	574	78	2.025	2.810	49.852	55.339	1.339
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(26.178)	(26.178)	-	(26.178)
Amortização	(513)	-	-	(936)	-	-	(1.449)
Saldos em 31.12.2024	61	78	2.025	1.874	23.674	27.711	55.339

(i) Reconhecido IR e CS diferidos sobre a mais valia dos domínios de internet, uma vez que sua dedutibilidade somente ocorrerá na realização do saldo; e (ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05.01.2015. A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos", caso existam evidências claras de que existem ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas a seguir: • **Menor nível de unidade geradora de caixa:** no caso a operação da própria Companhia; • **Valor recuperável:** valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados; e • **Aparação do valor de uso:** baseada em fluxos de caixa realistas, em moda constante trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda. Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados. Para o exercício de 2024 o estudo de realização do ágio foi atualizado, e a Empresa identificou a necessidade de constituição de provisão para impairment no montante de 26.178, refletindo a estimativa do valor recuperável.

8. Fornecedores:

	2024	2023
Nacional	673	831
Internacional	47	92
Total	720	923

Os fornecedores referem-se, principalmente, aos gastos com hospedagem, tecnologia, telefonia e plataforma dos websites. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

9. Obrigações trabalhistas:

	2024	2023
Provisão para encargos de férias	546	664
Provisão para encargos de férias	78	94
INSS a recolher	82	161
FGTS a recolher	61	63
Total	767	982

10. Impostos e contribuições:

	2024	2023
PIS a recolher	-	8
COFINS a recolher	-	33
ISS a recolher	129	236
IRRF	146	148
Outros	93	34
Total	373	459

11. Passivo de arrendamento - Direito de uso: Em 2021, a Companhia firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até junho de 2024, pela unidade da sede em São Paulo. Em 2024, houve atualização do cálculo em virtude da extensão do contrato até junho de 2027, mantendo a taxa incremental de 28,32% para o contrato de São Paulo.

Movimentação do passivo de arrendamentos:

	2023	2022
Provisão para arrendamento mercantil	670	1.509
Pagamento	(193)	(444)
Ajuste a valor presente	479	1.065
Total	956	2.130

Passivo circulante 150
 Passivo não circulante 328
Total 479

O cronograma de pagamento das parcelas do passivo de arrendamento, conforme segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
	280	280	260	260	130	1.310
Total	280	280	260	260	130	1.310

Movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldos em 31.12.2022	2023	2024
Adições	1.304	-	-
Reduções por mudança de taxa incremental	-	305	-
Despesas com juros	-	(544)	-
Baixas por encerramento de contrato	-	1.065	-
Saldo em 31.12.2023	1.304	1.065	319
Adições	-	-	-
Reduções por mudança de taxa incremental	-	250	-
Despesas com juros	-	(249)	-
Pagamentos	-	(907)	-
Baixas por encerramento de contrato	-	479	-
Saldo em 31.12.2024	1.304	1.065	319

12. Outras contas a pagar:

	2024	2023
JCP a pagar	-	1.310
Dividendos Santa Teresita (I)	-	12
Ajustamentos de clientes e diversos	25	24
Outras obrigações	101	3.222
Outros provisões	654	464
Total	792	5.924

(i) Dividendos históricos e Juros sobre Capital Próprio com pagamento efetivado em 2024. (ii) Baixa contábil dos valores de provisão de honorários mensais HIG sem reflexo em pagamentos. A baixa ocorreu em razão da revisão dos critérios de reconhecimento da obrigação, considerando a ausência de exigibilidade futura dos montantes registrados.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2022	56.840	(15.528)	41.312
Prejuízo do exercício	-	(2.885)	(2.885)
Saldos em 31.12.2023	56.840	(18.413)	38.427
Prejuízo do exercício	-	(31.041)	(31.041)
Saldos em 31.12.2024	56.840	(49.454)	7.386

Existem contingências classificadas como riscos de perda possível (R\$ 1.889 em 31.12.2023). A movimentação da provisão de contingências está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31.12.2022	-	-
(+) Adições	-	-
(-) Reclassificação	-	-
(-) Baixas	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	-

14. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são compostos dos seguintes montantes:

	31/12/2024	31/12/2023
Amortização do ágio para fins fiscais	31.12/2024	31/12/2023
Saldo ágio decorrente da incorporação reversa Vila Isabel	83.602	83.602
Amortização do ágio em 2015 a 2019	(83.602)	(83.602)
Saldo a amortizar	-	-
Alíquotas vigentes	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos às alíquotas vigentes	28.425	28.425
Total IRPJ e CSLL diferidos	28.425	28.425

A Companhia realizou o reconhecimento do IR e CS diferidos sobre o ágio por rentabilidade futura pelo prazo de amortização fiscal de 60 (sessenta) meses, entre os anos de 2015 a 2019. A amortização se encerra em 31.12.2019, onde o saldo dos impostos diferidos, serão mantidos e sem variação, até a realização do saldo de ágio. **15. Patrimônio líquido:** **a) Capital social:** Em 31.12.2024, o capital social subscrito e integralizado tem o valor de R\$ 56.839 e está representado por um total de 1.500.000 ações pertencentes da Manaslu Brasil Partners IK - FIP. **b) Reserva de capital:** A referida reserva, poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucro; (ii) Resgate, reembolso de compras de ações; (iii) resgates de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social. **c) Reserva de lucro:** **1) Reserva legal:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido líquido resulte na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. **2) Reserva de retenção de lucros:** Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e a reserva a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **d) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício. Por deliberação da Administração, a Companhia poderá elaborar balanços e demonstrações contábeis em periodicidade semestral, bimestral, trimestral ou mensal, e distribuir os lucros intercalares. Não foram distribuídos dividendos durante os exercícios de 2023 e em 12.06.2024, foram distribuídos os saldos de dividendos remanescentes no valor de R\$ 476 da "Santa Teresa", incorporada em 30.04.2021.

16. Receitas:

	2024	2023
Serviços prestados - Mercado interno	9.617	13.022
Serviços prestados - Mercado externo	6.162	5.849
Cancelamento de serviços	(71)	(408)
Total receita operacional bruta	15.708	19.374
Receitas sobre vendas (a)	(1.375)	(1.900)
Receita operacional líquida	14.333	17.473

(a) Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita são PIS, COFINS, ISS e CPRB. **17. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Despesa com pessoal (*)	11.257	10.514
Locação, plataforma e hospedagem		



ALPER CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 11.721.921/0001-60
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	281	110	399	1.035
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	55.524	14.453	74.221	32.149
Caixa restrito (Nota 3)	1.352	590	46.333	5.383
Contas a receber (Nota 4)	122.335	83.664	136.081	92.287
Impostos a recuperar (Nota 5)	8.137	8.667	9.387	11.245
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	6.678	8.855	-	-
Outros ativos	5.478	6.423	7.683	7.544
	199.785	117.662	274.104	149.643

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar (Nota 5)	1.330	1.609	10.921	11.519
Contas a receber (Nota 4)	14.767	4.448	14.767	4.448
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	6.283	4.768	6.376	5.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	44.345	34.668	44.119	34.045
Depósitos judiciais (Nota 15)	2.455	1.618	2.455	1.680
Outros ativos	3.834	3.264	3.834	3.445
	73.014	50.375	82.472	60.771
Investimento (Nota 7)	129.751	122.743	-	-
Imobilizado (Nota 8)	7.684	5.106	7.830	5.396
Intangível (Nota 10)	13.835	14.634	13.835	14.940
	597.224	483.940	704.637	591.279
	748.494	626.423	726.302	611.615
	821.508	676.798	808.774	677.386

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo	1.021.293	794.460	1.082.878	822.029

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Capital social (excluindo custos em emissão de ações)		Ações em tesouraria		Reserva de capital	Reserva de lucro	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total Companhia	Participação não controladores	Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023						
Saldo em 31 de dezembro de 2022										
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(6.568)	(6.568)	(6.568)	(374)	(6.942)
Plano de opções de ações	-	-	-	-	5.724	-	5.724	5.724	-	5.724
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	-	-	(2.528)	-	(2.528)	(2.528)	-	(2.528)
Pagamento de dividendos a não controladores	-	-	-	-	-	24	24	24	(38)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023										
Resultado do período	-	-	-	-	71.261	18.383	469.071	469.071	(187)	468.884
Saldo em 31 de dezembro de 2024										
Resultado do período	-	-	-	-	71.261	18.383	469.071	469.071	(187)	468.884
Plano de opções de ações	-	-	-	-	-	385	385	385	22	363
Aumento de capital (20.1)	-	-	-	-	-	-	39.493	39.493	-	39.493
Recuperação de ações	-	-	-	-	-	-	(16.757)	(16.757)	-	(16.757)
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	-	-	588	-	588	588	-	588
Reversa legal	-	-	-	-	-	181	(181)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024										
	-	-	-	-	418.920	18.564	496.398	496.398	(165)	496.233

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: A Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Alper" ou "Companhia"), com sede social localizada na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 13º andar, São Paulo – SP, tem como objeto social a corretagem e administração de seguros de todos os ramos, incluindo de previdência social complementar e de saúde, sendo permitida a participação no capital social de outras sociedades empresárias que atuem, direta ou indiretamente, no setor de seguros e resseguros, no setor de corretagem e intermediação de seguros, incluindo a prestação de serviços correlatos, e no setor de serviços e produtos financeiros, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades atuantes em qualquer dos setores acima referido; a prestação de serviços de consultoria empresarial e, ainda, serviços de tecnologia. A Companhia foi constituída como sociedade anônima, em 15 de março de 2010, por meio de permuta das ações por quotas de corretoras ("Sociedades Corretoras"). No dia 22 de dezembro de 2023, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 71,73% das ações ordinárias da Companhia por meio de leilão. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 43,50 por ação, totalizando o valor de R\$ 610.373.556,00. E após a liquidação financeira ocorrida no dia 5 de janeiro de 2024, as ações deixaram de ser negociadas no Novo Mercado da B3. Em 10 de abril de 2024, conforme comunicado emitido pela Companhia, foi iniciado o protocolo do pedido de registro de uma oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia visando o cancelamento do seu registro de emissão de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, à sua saída do segmento básico de listagem da B3. Em 23 de julho de 2024, a Companhia comunicou que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou sua OPA (Oferta Pública de Ações) com o objetivo de cancelar o registro da Companhia na B3. O Edital da OPA de cancelamento foi publicado no dia 24 de julho de 2024. Em 26 de agosto de 2024 ocorreu o leilão da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA"), realizado nesta data por meio do Sistema Eletrônico de Negociação da B3 S.A. Como resultado do Leilão, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 24.801 ações ordinárias de emissão da Companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 46,47 por ação, totalizando o valor de R\$ 1.152.502,47. A liquidação financeira da OPA ocorreu em 28 de agosto de 2024. Em 3 de setembro de 2024, a Companhia divulgou através de fato relevante que foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações de emissão em circulação da Companhia. Foram resgatadas o total de 358.200 ações ordinárias de emissão da Companhia que permaneceram em circulação no mercado, representando 1,76% do seu capital social total. O preço do resgate a ser pago aos seus respectivos titulares, foi equivalente ao preço por ação pago no âmbito da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA") cujo leilão foi realizado na B3 S.A. em 26 de agosto de 2024, ou seja, R\$ 46,78, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, desde a Data de Liquidação do Leilão (26 de agosto de 2024) até a data do efetivo pagamento do Preço de Resgate. A liquidação do resgate foi realizada em 17 de setembro de 2024, aos acionistas, proporcionalmente a sua participação acionária na Companhia, em moeda corrente nacional. **1.1. Contexto operacional** - As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais indicam plenas condições de continuidade das operações, reforçadas pelas recentes aquisições. A receita líquida consolidada da Companhia cresceu 29,53% versus o exercício de 2023. Além disso, a Companhia mantém sua eficiência operacional, vide Nota 25. Em 2024, a Companhia seguiu sua estratégia de investimento em CAPEX e M&A, e visando à melhoria de seu capital circulante líquido foi aprovado junto ao Conselho de Administração, a captação de quatro financiamentos no mercado em março, maio, outubro e novembro de 2024, conforme demonstrado na Nota explicativa 17. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principais práticas contábeis, julgamentos e estimativas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alper referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 22 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes até esta data. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.1. Base de consolidação e investimentos em controladas - Base de consolidação** - Em 31 de dezembro de 2024, a controladora Alper possui investimentos, diretos e indiretos, em 7 sociedades, representadas por 6 empresas limitadas, 1 empresa sociedade anônima de capital fechado, com atuação em 4 estados brasileiros (7 sociedades em 31 de dezembro de 2023, em 10 estados brasileiros). **2.2.2. Combinação de negócios** - Combinação de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **2.2.3. Instrumentos financeiros** - Os ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros, e de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo inicialmente registrados pelo valor justo. A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, dependendo da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional a respeito das informações profissionais de longo da auditoria. **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.** • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-034519/OMurilo Teixeira Coelho Morgante
Contador CRC-SP28012/O

Agussanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Agussanta Participações S.A., a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 16 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, para deliberar em relação às seguintes ordens do dia: (I) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores. São Paulo (SP), 17 de abril de 2025.

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ nº 01.637.899/0001-32 - NIRE 35300370554

RESUMO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Reunião realizada por videoconferência em 15/04/2025, dispensadas as formalidades de convocação, com a presença da totalidade dos conselheiros. Deliberaram pela aprovação da 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie geografográfica, em série única, no valor total de R\$ 1.000.000,00, a ser distribuída por oferta pública com esforços restritos, destinada a investidores profissionais, sob regime de garantia firme de colocação. Foram aprovadas as principais condições de emissão, conforme minuta da escritura, bem como autorizada a diretoria a adotar as providências necessárias para sua efetivação, contratação de instituições intermediadoras e demais prestadores de serviços, fixando-lhes os respectivos honorários. Ratificaram-se os atos já praticados relacionados ao tema. JUCEP nº 122.484/25-3 em 17/04/2025. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em exercício. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

Avita Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 32.922.789/0001-24 NIRE 35300641604

Edital de Convocação - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas da Avita Corretora de Seguros S.A. ("Companhia") são convocados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 30.04.2025, às 16h, na sede social da Companhia, na Rua Surubim, nº 577 - 19º andar - CJ 191, 192, 193 e 194, Cidade Monções, em São Paulo (SP), a fim de: **I) Em pauta ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2024; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e referendar a deliberação de dividendos da Companhia; e (c) Fixar a verba remuneratória global e anual destinada aos administradores. **II) Em pauta extraordinária:** (a) Aterrar o jornal de publicação da Companhia; (b) Reformular o Estatuto Social da Companhia; e (c) Consolidar o Estatuto Social, com as alterações propostas. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo (SP), 17 de abril de 2025. (a) Eduardo Nogueira Domeque - Presidente do Conselho de Administração. (18/23/24)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas				
Serviços prestados (Nota 21)	371.504	276.155	412.401	319.205
Despesas operacionais				
Repasse	(43.255)	(31.807)	(47.923)	(35.853)
Remunerações, encargos sociais e benefícios (Nota 22)	(154.240)	(117.250)	(223.193)	(177.348)
Despesas comerciais/marketing	(13.900)	(11.322)	(14.698)	(12.560)
Infraestrutura	(9.263)	(7.645)	(10.389)	(9.184)
Institucionais e legais (Nota 23)	(3.521)	(2.732)	(4.119)	(2.984)
Serviços de terceiros (Nota 24)	(80.890)	(58.104)	(31.529)	(22.114)
Outros receitas operacionais, líquidas	12.849	9.875	11.347	10.206
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.511)	(2.258)	(1.819)	(2.621)
Perdas efetivas e esperadas com contas a receber (Nota 4)	(908)	(2.093)	(854)	(2.459)
Depreciação e amortização	(30.671)	(20.969)	(36.109)	(23.527)
Impairment	-	(13.279)	-	(13.279)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	8.666	8.285	-	-
Resultado operacional	(316.134)	(249.299)	(359.286)	(291.813)
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras (Nota 25)	(33.652)	(10.640)	(34.073)	(11.333)
Receitas financeiras (Nota 25)	6.025	6.712	12.429	10.618
Outros resultados financeiros líquidos (Nota 25)	(34.047)	(42.865)	(33.666)	(42.444)
	(61.674)	(46.793)	(55.310)	(43.159)
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	(6.304)	(19.937)	(2.195)	(15.767)
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 13)	-	-	(4.152)	(5.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 13)	9.922	13.369	9.987	14.154
	3.618	(6.568)	3.640	(6.942)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda				
Acionistas não controladores	-	-	22	(374)
Acionistas controladores	3.618	(6.568)	3.618	(6.568)

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do período	3.618	(6.568)	3.640	(6.942)
Outros valores abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	3.618	(6.568)	3.640	(6.942)
Resultado abrangente do período atribuível a:				



ODONTO SEG OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A.

CNPJ nº 14.891.935/0001-10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
ATIVO	N.E.	2024	2023	PASSIVO	N.E.	2024	2023	N.E.	2024	2023	ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023	
ATIVO CIRCULANTE	22.260	16.052	16.052	PASSIVO CIRCULANTE	12	8.407	6.892	Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	53.916	46.413	(+) Recebimento de Planos de Saúde	58.298	50.308	
Disponível	4	4.906	-	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	2.080	2.659	Recargas com Operações de Assistência à Saúde	57.564	49.668	(+) Resgate de Aplicações Financeiras	65.723	42.972	
Realizável	17.355	16.052	-	Provisões de Prêmios / Contraprestações	12	1.970	2.551	Outros Reccebimentos Operacionais	57.564	49.668	(+) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	-	9.692	
Aplicações Financeiras	5	14.654	13.705	Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	12	1.970	2.551	Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	(3.648)	(3.256)	(-) Pagamento de Comissões	(28.198)	(28.854)	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5	9.550	479	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores	12	65	64	Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(2.227)	(1.850)	(-) Pagamento de Pessoal	(370)	(905)	
Aplicações Livres	5	5.104	13.226	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12	45	45	Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(2.226)	(1.850)	(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(11.119)	(9.704)	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	366	150	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12	45	45	Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(1)	(4)	(-) Pagamento de Aluguel	(5.836)	(4.932)	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	366	150	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12	45	45	RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	51.690	44.559	(-) Pagamento de Promoção / Publicidade	(19)	(2.531)	
Despesas Diferidas	7	1.655	1.655	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12	4.477	2.658	Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(2.476)	(1.808)	(-) Aplicações Financeiras	(66.215)	(53.499)	
Créditos Tributários e Previdenciários	8	678	534	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(2.476)	(1.808)	(-) Outros Pagamentos Operacionais	(4.733)	(765)	
Bens e Títulos a Receber	9	1	8	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-	-	CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.006	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.223	11.879	11.872	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(100)	-	
Realizável a Longo Prazo	10.217	11.872	-	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.476)	(1.808)	CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(100)	-	
Aplicações Financeiras	10	10	10	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	CAIXA - Saldo Inicial	49.214	42.751	CAIXA - Saldo Inicial	4.906	-	
Títulos e Créditos a Receber	7	10.207	11.862	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	CAIXA - Saldo Final	19.1	(30.007)	CAIXA - Saldo Final	4.906	-	
Despesas de Comercialização Diferidas	11	7	7	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	Resultado Líquido do Exercício	19.2	(15.913)	CAIXA - Saldo Inicial	-	-	
Imobilizado	11	7	7	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	Resultado Líquido do Exercício	19.2	(15.913)	CAIXA - Saldo Final	13.226	7	
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	11	7	7	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	Resultado Líquido do Exercício	19.2	(15.913)	CAIXA - Saldo Final	10.010	13.226	
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	11	7	7	Provisão para Perdas Sobre Créditos	15	1.499	1.161	Resultado Líquido do Exercício	19.2	(15.913)	CAIXA - Saldo Final	10.010	13.226	
TOTAL DO ATIVO	32.484	27.931	27.931	TOTAL DO PASSIVO	32.484	27.931	27.931	RECURSOS LIVRES	(3.216)	13.219	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Todos os valores expressos em milhares de reais)

1) Contexto Operacional: A ODONTO SEG Operadora de Planos Odontológicos S.A. foi constituída em 15 de julho de 2011, com sede no município de São Paulo e tem como objetivo social a intermediação de prestação de serviços de odontologia preventiva e assistencial.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024 encontram-se apresentadas em reais. A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e com os padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN nº 528/2022 e alterações vigentes, com também parcialmente aos aspectos relacionados às Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes para a Escrituração Contábil. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2023, de forma a permitir a comparabilidade. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar em operações em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

3) Principais Práticas Contábeis: **3.1. Regime de Escrituração:** A ODONTO SEG adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **3.2. Estimativas Contábeis:** As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outros similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.3. Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa. **3.4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (I) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência odontológica. A ODONTO SEG constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN nº 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos: I. Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada. **3.5. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em nota explicativa específica do Imobilizado. **3.6. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 569/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 574/2023 e RN nº 528/2022 e suas alterações vigentes.

a) Provisões Técnicas de Assistência Odontológica: i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência odontológica dos usuários de planos de odontológico da operadora; ii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa - RN nº 574/2023 e alterações, expedida pela ANS. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **3.8. Ativos e passivos contingentes:** Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. **3.9. Contratos de Planos Odontológicos:** A Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base no período de cobertura do primeiro ao último dia de cada mês, sendo assim, os contratos pessoa jurídica têm início de vigência programada, transferindo sua cobertura sempre para o primeiro dia do mês subsequente ao contratado. Os contratos pessoa física possuem início de cobertura do risco 24 horas após a adesão do associado ou após o pagamento da 1ª parcela, dos dois casos o que ocorrer primeiro, de acordo com a RN nº 528/2022. **3.10. Apuração de resultado e reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis a tributos e provisões. **3.11. Reconhecimento dos eventos indenizáveis:** Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos finalizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA - Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados calculada mediante nota técnica atuarial. **3.12. Normas Internacionais de Contabilidade:** A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 - Demonstrações Separadas, CPC 44 - Demonstrações Combinadas, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICP-10 do Imobilizado as

quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras dos planos de saúde. As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da Operadora no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

4) Disponível: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta Disponível é composto pelos valores mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2024	2023
Banco Itaú	1.151	-
Banco Conta Movimento	1.151	-
Aplicação Fundi TRUST Itaú	3.755	-
Aplicação de Liquidez Imediata	3.755	-
Disponível	4.906	-

Os valores registrados em Bancos - Conta Corrente referem-se a recursos disponíveis em instituições financeiras de primeira linha, utilizados para as operações normais da empresa. As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata correspondem a investimentos de curto prazo, com resgate imediato e baixo risco, realizados em instituições financeiras devidamente regulamentadas. Essas aplicações são classificadas no ativo circulante por possuírem alta liquidez e estarem disponíveis para uso imediato, conforme a necessidade da empresa. Essa nota explicativa tem por objetivo apresentar de forma transparente a composição dos saldos disponíveis da Operadora em 31 de dezembro de 2024.

5) Aplicações Financeiras: A ODONTO SEG em 31 de dezembro de 2024 possui aplicações garantidoras das provisões técnicas junto aos bancos Santander e Itaú, bem como possui aplicações livres no Banco Itaú, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2024	2023
Aplicação Itaú Renda Fixa	9.023	-
Santander ANS	527	479
Aplic. Garantidoras de Provisões Técnicas	9.550	479
Banco Santander FLOT	5.104	13.226
Aplicações Livres	5.104	13.226
Total de Aplicações Financeiras	14.654	13.705

As Aplicações Financeiras são classificadas em dois grupos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): - **Aplicações Garantidoras das Provisões Técnicas:** Mantidas junto aos bancos Santander e Itaú, essas aplicações seguem as exigências da ANS, sendo destinadas exclusivamente à garantia das provisões técnicas da Odonto Seg. Os investimentos devem obedecer aos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa da ANS. - **Aplicações Livres:** Mantidas no Banco Itaú, essas aplicações representam recursos financeiros da empresa investidos em ativos sem bloqueios junto à ANS e sem vinculação direta às provisões técnicas. Essa nota explicativa tem por objetivo apresentar de forma transparente a composição dos saldos disponíveis da empresa em 31 de dezembro de 2024, bem como reforçar o cumprimento das normativas da ANS relacionadas à gestão dos ativos garantidores das provisões técnicas.

11) Imobilizado: O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa que leva em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas abaixo no quadro resumo.

Contas Contábeis	2024			2023		
	Taxa de depreciação média	Aquisições	Depreciação Acumulada	Provisão para Perda por Redução ao Valor Recuperável	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido
Imobilizado Odontológico						
Móveis e Utensílios	10%	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	-	-
Veículos	20%	-	-	-	-	-
Equipamentos Proc. Eletrônico de Dados	20%	-	-	-	-	-
Imobilizado Não Hosp. / Odont.						
Móveis e Utensílios	10%	7	-	-	7	7
Máquina e Equipamentos	10%	-	-	-	7	7
Equipamentos Proc. Eletrônico de Dados	20%	-	-	-	-	-
Instalações	10%	-	-	-	-	-
Veículos	20%	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado		7			7	7

12) Provisões Técnicas: A ODONTO SEG em 31 de dezembro de 2024 possui a composição das Provisões Técnicas e está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2024	2023
Provisão de Contraprestação Não Ganha (a)	1.970	2.551
Provisões de Eventos a Liq. p/ Outros Prestadores (b)	65	64
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (c)	45	45
Saldos	2.080	2.659

a) **Provisão de Contraprestação Não Ganha**

Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG	2024	2023
Provisão de Contraprestação Não Ganha	1.970	2.551
Saldos	1.970	2.551

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

b) **Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores**

Provisões de Eventos a Liq. p/ Outros Prestadores	2024	2023
Provisões de Eventos a Liq. p/ Outros Prestadores	65	64
Saldos	65	64

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 574/2023 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas. Conforme publicação da normativa a alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN nº 521/2022 e alterações vigentes. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

c) **PEONA**

Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	2024	2023
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	45	45
Saldos	45	45

Regulamentado pela RN nº 574/2023 da ANS, a Operadora aprovou cálculo de metodologia própria para provisão de PEONA, calculada por cálculo atuarial. Cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS em outubro de 2022, a Operadora obteve autorização da ANS mediante ofício nº 1918/2022/COAOP/GEAOP/GGAM/DIRAD-DIOPE/DIOPE referente à metodologia atuarial da PEONA. A regra de transição do cálculo de Margem de Solvência para o modelo de Capital Baseado em Riscos (CBR) foi atendida a partir de 1º de janeiro de 2023. As Operadoras de Plano de Saúde estão

sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN nº 569/2022, RN nº 574/2023 e alterações posteriores: - **Capital-Base:** Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 569/2022, pelo capital-base de 2024 o valor de R\$ 11.701.894,34; e (R\$ 11.226.992,56 em 2023). A OPS encontra-se na região de comercialização 4 com fator 0,48%. O resultado calculado do Capital-Base para OPS é R\$ 56.169. O Capital Baseado da OPS é de R\$ 56.169 em 31.12.2024 e o valor do PLA (R\$ 10.819.924) exigido pela Norma Técnica está suficiente em R\$ 10.763.755 para a data-base findo 31.12.2024, conforme demonstrado no quadro abaixo.

6) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE: A composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Descrição	2024	2023
(+) Contraprestações pecuniárias a receber - Plano Individual	366	171
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Plano Individual	-	(22)
(+) Individual	366	150
(+) Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	-	-
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	-	-
(+) Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	-	-
Créditos de Operações com Assistência à Saúde	366	150

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

7) Despesas Diferidas: A Companhia fez a compra de um Canal de Vendas no valor de R\$ 20 milhões de um projeto massificado e vem fazendo esta amortização mensal, conforme período de vigência do contrato.

Despesas Diferidas	2024	2023
Despesas Diferidas a C.P.	1.655	1.655
Despesas Diferidas a L.P.	10.207	11.862
Saldos	11.862	13.517

8) Créditos Tributários e Previdenciários: A ODONTO SEG em 31 de dezembro de 2024 possui a composição dos "Créditos Tributários e Previdenciários" e está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos Tributários e Previdenciários	2024	2023
IR Retido na Fonte	422	359
CSLL Retido na Fonte	140	130
IRRF sobre Aplicações Financeiras	116	46
Saldos	678	534

9) Adiantamentos

Bens e Títulos a Receber	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores (a)	-	8
Bloqueios Judiciais (b)	1	-
Saldos	1	8

a) Trata-se de adiantamentos realizados a fornecedores por serviços de corretagem, cuja liquidação ocorreu ao longo de 2024.

b) Trata-se de bloqueio judicial ocorrido no exercício de 2024.

10) Outros Títulos a Receber L.P.: A Odonto Seg em 31 de dezembro de 2024 possui débitos judiciais e está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Bens e Títulos a



TAUDE CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ 14.914.786/0001-67

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)				
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativo circulante		25.048.359	13.103.668	31.079.314
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.575.132	8.203.290	19.769.094
Contas a receber de clientes	4	348.639	348.639	4.384.032
Adiantamentos	-	694.353	650.000	897.074
Impostos a recuperar	5	26.711	-	40.626
Partes relacionadas	6	6.403.525	3.901.740	5.988.489
Valores a receber	-	-	-	1.702.522
Ativo não circulante		57.724.570	29.532.103	55.447.562
Valores a receber	-	-	-	789.512
Partes relacionadas	6	2.565.000	2.035.000	2.565.000
Investimentos	7	27.903.934	16.052.377	25.137.421
Imobilizado	8	16.358.464	169.767	16.747.968
Intangível	9	10.206.660	10.485.067	10.206.660

Total do ativo **82.772.930** **42.635.771** **86.526.876** **42.112.156**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)						
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de capital	Total atribuído aos acionistas controladores	Total atribuído aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.211.660	13.311.319	1.029.507	21.682.312	2.870.174	24.552.486
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.695.802)	(7.199.090)	(2.695.802)
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(4.981.119)	-	(3.503.119)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	7.791	-	-	-
Outros resultados reflexos	-	9.882.517	-	9.882.517	-	9.882.517
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.211.660	15.509.124	1.037.298	26.084.998	673.084	26.758.082
Prejuízo do exercício	-	40.872.117	-	39.854.288	1.017.830	40.872.117
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(8.272.798)	-	(7.599.714)	(673.084)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.497.040	-	-	-
Outros resultados reflexos	-	6.341.543	-	6.341.543	-	6.341.543
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.211.660	52.952.946	2.534.338	64.681.115	1.017.830	65.698.944

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A TAUDE Construções S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Ibatiguara, 170, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, tem como objeto social a ramo da construção civil em geral, conforme mencionado em seu Estatuto Social artigo 3º. As funções administrativas e estrutura financeira são compartilhadas entre empresas relacionadas, sendo os custos administrativos rateados entre as partes envolvidas. Pelo fato de pertencerem ao mesmo grupo econômico, não há incidência de encargos financeiros sobre transações entre partes relacionadas por tratar-se de operações de conta corrente mercantil.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** Demonstrações financeiras individuais da Controladora - As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelas pronunciamientos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecida a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com a IFRS. **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. **2.2.2. Instrumentos financeiros:** a) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Companhia se toma parte das disposições contratuais. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **b) "Impairment" de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **c) Instrumentos derivativos** - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.2.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos), deduzidas da estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e na experiência de acordos realizados em anos anteriores para o retorno de algumas vendas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido, sendo que as bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social são calculadas à razão de 8% e 32%, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **2.2.5. Imobilizado:** Registrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8 (que se aproximam das respectivas vidas úteis dos ativos). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **2.2.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização no período, apurados de forma linear com base na vida útil definida. **2.2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. **2.2.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.2.9. Benefícios a funcionários:** a) **Benefícios de demissão** - Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está comprometida com o encerramento do vínculo empregatício do funcionário, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão devido a uma oferta de demissão voluntária. b) **Outros benefícios** - Os benefícios concedidos a funcionários e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.2.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.11. Reconhecimento de receita:** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pela efetiva prestação dos serviços, sendo apresentadas líquidas de descontos e impostos relacionados às vendas. **2.2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes (quando da ocorrência de efeitos relevantes). Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.13. Consolidação:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são consideráveis quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Passivo circulante		9.480.108	6.800.610	8.229.020
Fornecedores de bens e serviços	10	-	-	3.360.348
Empréstimos e financiamentos	13	4.731.451	-	4.731.451
Obrigações trabalhistas, salários e encargos	11	297.630	212.189	636.813
Obrigações fiscais	12	832.075	-	1.243.950
Partes relacionadas	6	1.746.521	2.774.654	1.908.218
Demais contas a pagar	-	1.872.433	3.013.767	4.956
Passivo não circulante		8.942.195	7.125.054	8.942.195
Partes relacionadas	6	6.138.802	7.125.054	6.138.802
Empréstimos e financiamentos	13	2.803.393	-	2.803.393
Patrimônio líquido		64.530.626	28.710.107	64.681.115
Capital social	14.1	10.211.660	10.211.660	10.211.660
Reserva legal	-	2.534.338	1.037.298	2.534.338
Reserva de lucros	-	51.604.628	17.461.150	51.935.117
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	1.017.830
Total do patrimônio líquido consolidado		64.530.626	28.710.107	65.698.944
Total do passivo e patrimônio líquido		82.772.930	42.635.771	86.526.876

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)						
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de capital	Total atribuído aos acionistas controladores	Total atribuído aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.211.660	13.311.319	1.029.507	21.682.312	2.870.174	24.552.486
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.695.802)	(7.199.090)	(2.695.802)
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(4.981.119)	-	(3.503.119)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	7.791	-	-	-
Outros resultados reflexos	-	9.882.517	-	9.882.517	-	9.882.517
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.211.660	15.509.124	1.037.298	26.084.998	673.084	26.758.082
Prejuízo do exercício	-	40.872.117	-	39.854.288	1.017.830	40.872.117
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(8.272.798)	-	(7.599.714)	(673.084)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.497.040	-	-	-
Outros resultados reflexos	-	6.341.543	-	6.341.543	-	6.341.543
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.211.660	52.952.946	2.534.338	64.681.115	1.017.830	65.698.944

As participações nas controladas são conforme seguem:

Controladas	2024		2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
SCP - DER LOTE 36 - 3048	70%	-	70%	-
SCP - DER - 3049 - 5 LAGOS - VACINA	-	-	68%	-
SCP - DER - 3056 - CAMPO LIMPO - VICINAL	-	-	75%	-
SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - KM 22 - OS	75%	-	75%	-
SCP - 3061 - ABV - TAXIS - PPD	*	-	65%	-
SCP - DER - 3062 - EMERGENCIAL - SP312	-	-	68%	-
SCP - VIARIO PAULINIA - 3067	61%	-	**	-
SCP - 3069-ABV-FRESA E CAPA-2024	65%	-	**	-
SCP - 3073-AENA-CGH-HANGARES	60%	-	**	-
SCP - VIARIO JK - 3074	61%	-	**	-

(*) Sociedades em conta de participações encerradas em 2024.
(**) Sociedades em conta de participações iniciadas em 2024.

3. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	100	100	100	100
Bancos	5.795.363	4.753.792	6.014.338	4.753.825
Aplicações financeiras	11.779.669	3.449.398	13.754.656	3.970.675
Total	17.575.132	8.203.290	19.769.094	8.724.600

4. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes nacionais	348.639	348.639	4.384.032	2.612.268
Total	348.639	348.639	4.384.032	2.612.268

5. Impostos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	19.143	-	32.457	106
IRRF sobre aplicações financeiras	-	-	-	218
IRRF sobre faturamento	7.568	-	7.950	382
INSS sobre faturamento	26.711	-	40.626	692

6. Partes relacionadas:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	-	-	-	-
Contas correntes a receber (ativo circulante)	-	-	-	-
Talude Comercial e Construtora Ltda.	-	-	-	-
Consórcio Romeirão	558.599	558.599	558.599	558.599
SCP - DVR - 3038 - Acesso Viário Limeira	-	-	-	-
Talude Construções - Consórcio Estoril	714.506	705.224	-	-
Arpa Coml. e Construtora	560.101	560.477	560.101	560.477
ZSS Construções	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3048	729.100	309.974	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3055	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3049	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3056	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3057	-	813.801	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3059	1.863.967	930.488	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3058	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3063	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3064	-	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3073	1.977.252	-	-	-
Consórcio Japy 2023	-	-	3.033.790	560.000
Consórcio Viário JK	-	-	1.836.000	-
Total	6.403.525	3.901.740	5.988.489	1.702.251

Contas correntes a receber (ativo não circulante)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Paulo Borges	2.565.000	2.035.000	2.565.000	2.035.000
Total	2.565.000	2.035.000	2.565.000	2.035.000

Passivo circulante e não circulante	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas correntes a pagar (passivo)	6.138.802	7.125.054	6.138.802	7.125.054
Maniupera Empreendimentos	-	-	820.492	1.220.452
Dalla Engenharia Ltda.	-	-	28.500	68.000
Engenik	-	-	35.200	164.537
Arpa Comercial e Construtora Ltda.	-	2.136	-	2.136
Talude Construções SPEL	278.294	416.795	300.494	448.104
Talude Comercial e Construtora Ltda.	-	-		



(Continua...)

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A. - CNPJ 14.914.786/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado		19. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado		Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
	Prestação de serviços de terceiros	6.282.547	7.776.758	9.416.816		24.795.127	Multas e Juros	7.016	-		108.544	21.169	Juros recebidos	-
Despesas cartório	16.873	9.320	16.873	10.760	Juros sob empréstimos/financiamentos	319.003	-	319.003	-	Receitas sobre aplicações financeiras	(109.665)	(284.822)	(203.156)	(286.171)
Despesas com tributos e contribuições	116.597	87.237	124.217	383.650	Despesas bancárias	53.743	10.742	76.018	125.021		(109.665)	(284.822)	(203.156)	(286.171)
Despesas com comunicação	970	-	970	1.398		379.762	10.742	503.565	146.190					
Outras despesas gerais	1.059.650	14.367	1.699.362	165.782										
	7.476.638	7.887.682	11.258.238	25.356.718										

PAULO ARTHUR BORGES - Diretor

DIEGO FRANÇA DE SOUSA - Contador - CRC 1SP 310.455/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da Talude Construções S.A. - Barueri - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Talude Construções S.A. em 31 de dezembro de 2024 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Talude Construções S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos e comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade

operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **Outros:** Foram objetos de análise dessa auditoria as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia controladora e suas controladas, as quais se dão através de Sociedade em Conta de Participação, atuando esta como Sócios Ostensiva nas sociedades cujo seguim relacionadas abaixo:

Participação total em sociedades em conta de participação Sócia Ostensiva (%)		Participação
Controladas		
SCP - DER LOTE 36 - 3048		70%
SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - KM22 - OS		75%
SCP - VIARIO PAULINIA - 3067		61,40%
SCP-3069-ABV-FRESA E CAPA-2024		65%
SCP-3073-AENA-CGH-HANGARES		60%
SCP - VIARIO JK - 3074		61,40%

Além das participações societárias citadas acima, a Companhia tem participado de consórcios de empresas para execução de obras, conforme relação que segue: **Consórcio Viário Paulínia - CNPJ: 50.489.289/0001-22; Consórcio Viário Cordeirópolis - CNPJ: 55.262.348/0001-49; Consórcio TJJ Interlagos-2024 - CNPJ: 56.480.240/0001-5; Consórcio Viário JK - CNPJ: 57.11.868/0001-48.** Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1199, de 14 de outubro de 2011 em seu artigo 3º, inciso 5º; foi registrado nos próprios livros contábeis da Companhia intitulada Sede, a sua proporção das Receitas, Custos e Despesas incorridas nos Consórcios supracitados.

Osasco, 17 de abril de 2025

Manoel Luiz Luciano Vieira

Contador - CRC/SP - CT 1SP 115.091/O-8 - IBRACON - 1172 - CPF 029.429.178-49

UNO PPP HABITAÇÃO S.A.

CNPJ: 40.280.308/0001-52 - NIRE: 35.300.562.551

Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)				
Ativo	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.516	109.341		
Tributos Compensáveis	785	785		
Adiantamento a Fornecedores	1.127	-		
Despesas do Exercício Seguinte	-	6.111		
Total do Ativo Circulante	177.428	116.237	82.043	17.754
Não Circulante				
Partes Relacionadas	3.932.933	4.901.485		
Créditos com Impostos Diferidos	891.562	450.102		
Imobilizado	4.169	4.169		
Depreciação Acumulada	(1.529)	(695)		
Total do Ativo Não Circulante	4.827.134	5.355.061		
Total do Ativo	5.004.563	5.471.298		

Demonstração do Resultado do Exercício			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	(-) Custo na Execução de Obras	(1.049.009)	-
Custo dos Materiais	(384)	-	-
Custo da Mão de Obra	(4.030)	-	-
Outros Custos	(1.044.594)	-	-
Despesas (Receitas) Operacionais	(178.287)	(684.787)	
Administrativas	(52.663)	(103.360)	
Pessoal	(15.236)	(19.169)	
Tributárias	(834)	(695)	
Depreciação	(4)	(1.322)	
Não Deducíveis	(247.023)	(809.333)	
Resultado Operacional antes dos efeitos financeiros	(1.296.032)	(809.333)	
Resultado Financeiro Líquido	309.065	357.587	
Resultado do Exercício antes do IRPJ e da CSLL	(986.967)	(451.746)	
Impostos Correntes	213.488	275.224	
Impostos Diferidos	(773.480)	(176.522)	
Resultado do Exercício	(773.480)	(176.522)	

Demonstração do Resultado Abrangente			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Resultado Líquido do Exercício	(773.480)	(176.522)
(+/-) Resultados Abrangentes	311.448	359.059	
Ajustes Instrumentos Financeiros	311.448	359.059	
Ajustes Passivos Financeiros	-	-	
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	
Ajustes Reorganização Societária	-	-	
Variações Cambiais	-	-	
(+/-) Resultados Abrangentes em Investida - Método da Equivalência Patrimonial	-	-	
Equivalência Patrimonial - Ganhos/Perdas Abrangentes	(462.032)	182.537	
(-) Resultado Abrangente	(462.032)	182.537	100%
Parcela dos Sócios da Controlada	-	-	
Parcela dos Sócios Não Controladores	-	-	0%

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(773.480)	(176.522)
Resultado do Exercício	834	695	
Depreciação	(772.646)	(175.827)	

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Resultado do Exercício	(773.480)	(176.522)
Depreciação	834	695	
(-) Resultado Abrangente	(462.032)	182.537	100%
Parcela dos Sócios da Controlada	-	-	
Parcela dos Sócios Não Controladores	-	-	0%

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(773.480)	(176.522)
Resultado do Exercício	834	695	
Depreciação	(772.646)	(175.827)	

Redução (aumento) nos ativos			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Adiantamento a Fornecedores	(1.127)	-
Despesas do Exercício Seguinte	6.111	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(441.460)	(275.224)	
(436.476)	(275.224)		

Aumento (redução) nos passivos			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Fornecedores	62.060	(9.477)
Obrigações Trabalhistas	(7.258)	7.258	
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.761	2.720	
Outros Passivos	4.727	-	
Impostos Sobre Receitas Diferidos	242.455	16.696	
306.744	17.197		

Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Fluxo de caixa das atividades de investimento	(902.378)	(433.854)
Aquisições de imobilizado e Intangível	-	(4.169)	
Recursos líquidos das atividades de investimento	(902.378)	(433.854)	

Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	(+) Crédito a Longo Prazo Pessoas Ligadas	968.552	520.941
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	968.552	520.941	

Variação no caixa e equivalentes de caixa			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	109.341	26.423
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	175.516	109.341	
Variação no caixa e equivalentes de caixa	66.175	82.918	

Demonstração do Valor Adicionado			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.269.169)	(774.624)
Custo na Venda de Imóveis e Prestação de Serviços	(1.269.169)	(774.624)	
Valor Adicionado Produzido pela Entidade	(1.269.169)	(774.624)	

Valor Adicionado Recebido em			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Transferência	311.448	359.059
Transferências	311.448	359.059	
Receitas Financeiras	311.448	359.059	
Valor Adicionado Total a Distribuir	(957.722)	(415.565)	
Distribuição do Valor Adicionado	(957.722)	(415.565)	
Impostos, Taxas e Contribuições	(187.379)	(242.988)	
Impostos Federais	537	1.042	
Impostos Estaduais	216	1.431	
Impostos Municipais	2.383	1.472	
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.383	1.472	
Despesas Financeiras	(773.480)	(176.522)	
Remuneração de Capitais Próprios	(773.480)	(176.522)	
Lucros ou Prejuízos Retidos	(773.480)	(176.522)	

Despesas e Receitas operacionais: Representado por:			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Despesas Administrativas	(178.286,69)	(684.786,93)
Despesas com Pessoal	(52.663,06)	(103.359,83)	
Despesas Tributárias	(15.236,01)	(19.169,17)	
Despesas não Operacionais	(3.72)	(1.322,06)	
Depreciação	(833,76)	(694,80)	
Despesas Financeiras	(2.382,82)	(1.471,62)	
Receitas Financeiras	311.447,64	359.058,89	
IRPJ e CSLL	213.487,53	275.224,00	
Total	275.529,11	(176.521,52)	

3.15. Demonstração dos resultados abrangentes:			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Atendendo o disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis, a Empresa informa que existem diferenças a serem apresentadas entre a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme segue:		

Resultado Líquido do Exercício			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	(+) Resultados Abrangente	(773.479,57)	(176.521,52)
Ajustes Instrumentos Financeiros	311.447,64	359.058,88	
(-) Resultado Abrangente	(462.031,93)	182.537,36	
Parcela dos Sócios da Controlada	(462.031,93)	182.537,36	
Parcela dos Sócios Não Controladores	0,00	0,00	

UNO PPP Habitação S.A.			
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)	2024		2023
	Resultado Líquido do Exercício	(773.479,57)	(176.521,52)
(+) Resultados Abrangente	311.447,64	359.058,88	
Ajustes Instrumentos Financeiros	311.447,64	359.058,88	
(-) Resultado Abrangente	(462.031,93)</		



TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60
Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
Ativo	2024	2023	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	32.129	2.441	
Contas a receber de clientes	4.534	3.331	
Impostos a recuperar	4.106	3.368	
Partes relacionadas	13.361	25.818	
Outras contas a receber	1.181	1.516	
Total do ativo circulante	55.311	36.474	
Não circulante			
Impostos a recuperar	3.339	4.623	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.538	8.129	
Depósitos judiciais e cauções	1.685	1.878	
Outras contas a receber	81	-	
Imobilizado	184.045	196.177	
Direito de uso	22.492	30.099	
Intangível	7.552	8.528	
Total do ativo não circulante	229.732	249.434	
Total do ativo	285.043	285.908	
Demonstrações do Resultado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	2024	2023	
Receita líquida de serviços	159.860	134.547	
Custo dos serviços prestados	(143.139)	(121.783)	
Lucro bruto	16.721	12.764	
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(1.705)	(1.666)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.403)	(86)	
	(3.108)	(1.752)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	13.613	11.012	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	2024	2023	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50	10	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(4.047)
Perdas de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	(5)
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.047
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50	10	30.755
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(5.846)
Perdas de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	49
Constituição de reserva de lucros	-	-	5.846
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50	10	24.899

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	2024	2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	(5.846)	(4.047)	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	38.208	36.317	
Juros e empréstimos com partes relacionadas	20.207	13.239	
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	6.630	3.847	
Resultado na venda e baixa de imobilizados e intangíveis	(319)	1.376	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.435)	(2.031)	
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	129	149	
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	602	(138)	
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	3.756	4.255	
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	1.623	(7)	
Provisão (reversão) para riscos tributários, civeis e trabalhistas	(1.150)	(294)	
	58.405	52.666	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(1.203)	(718)	
Estoques	-	3.475	
Impostos a recuperar	(705)	(4.331)	
Outras contas a receber	254	(1.259)	
Depósitos judiciais e cauções	193	1.039	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(4.584)	(359)	
Obrigações trabalhistas	(4.361)	(4.183)	
Impostos a recolher	3.525	5.233	
Outras contas a pagar	(1.736)	(708)	
Partes relacionadas	(3.606)	(32.171)	
Caixa proveniente das operações	1.208	18.684	
Pagamento de juros sobre empréstimos de arrendamento	(3.653)	(3.867)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(282)	(2.756)	
atividades operacionais	41.039	12.061	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resultado de venda de ativos imobilizados	196	190	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(16.136)	(42.178)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.940)	(41.988)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Contraprestação paga de arrendamento	(9.381)	(9.324)	
Captação de empréstimos com partes relacionadas	113.411	44.700	
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(4.018)	
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	(99.411)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.589	31.358	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	29.688	1.431	
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	2.441	1.010	
Saldo no fim do exercício	32.129	2.441	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	29.688	1.431	

A Diretoria
Contador: Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP 315.228/O-0

Lula e Guterres cobram metas ambiciosas contra mudanças climáticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, cobraram, na quarta-feira (23), que os líderes mundiais entreguem metas ambiciosas de redução de emissões de carbono. Apenas 10% dos países apresentaram suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas, as NDCs, que são os esforços individuais no combate às mudanças do clima.

“A arquitetura de preparação das NDCs é suficientemente flexível para combinar metas ambiciosas e as necessidades de desenvolvimento de cada Estado. Os países ricos, que foram os maiores beneficiados pela economia baseada em carbono, precisam estar à altura de suas responsabilidades. Está em suas mãos antecipar metas de neutralidade climática e ampliar o financiamento até o objetivo de US\$ 1,3 trilhão”, disse o presidente.

Lula e o secretário Guterres copresidiram uma reunião virtual de alto nível, com cerca de 20 chefes de Estado e governo, para promover uma mobilização política global diante da emergência climática e a construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado em prosperidade econômica, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

“Não se pode falar em transição justa sem incorporar a perspectiva de setores historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas, e sem considerar as circunstâncias do Sul Global”, afirmou o presidente, lembrando o falecimento do Papa Francisco. “Tenho certeza de que seus ensinamentos sobre a necessidade de uma ‘ecologia integral’, que enxergue a natureza e o ser humano como uma totalidade, vão nos servir de inspiração”, acrescentou Lula.

Para o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a reunião foi bem-sucedida, com a presença de líderes importantes, como a China e União Europeia, e deve repercutir e mobilizar as 196 nações que fazem parte da convenção da ONU sobre mudanças climáticas. “Foram escolhidos países importantes, atores mundiais, não só grandes economias, como também alguns dos chamados SIDS [Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento]”, contou, em entrevista à imprensa após a reunião.

“Eles são os que mais sofrem, possivelmente, as questões do impacto ambiental. E, então, foi também importante ter [na reunião], como presidente de Palau e de outras estados insulares, para que dessem também seu testemunho e fizessem um apelo para que todos os países apresentem, até o prazo, as suas NDCs e muito ambiciosas”, acrescentou o chanceler.

O prazo de entrega das NDCs era fevereiro, mas foi estendido até setembro, em preparação para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em novembro, em Belém. Nos documentos estão as metas determinadas por cada país para reduzir a emissão de combustíveis fósseis – carvão, petróleo, gás natural – e limitar o aquecimento da terra a 1,5°C, conforme determinado no Acordo de Paris.

O Brasil apresentou sua NDC na COP de Baku, no Azerbaijão, em 2024, prevendo redução de 67% de emissões até 2035, abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia. “Internamente, estamos formulando um Plano Clima que contemplará estratégias de mitigação, adaptação e justiça climática”, explicou Lula.

Ação política
Além de Lula e Guterres, participaram líderes dos seguintes países e instituições:
- China, Xi Jinping
- Conselho da União Europeia, António Costa
- Comissão Europeia, Ursula von der Leyen
- Espanha, Pedro Sanchez
- França, Emmanuel Macron
- Angola, João Manuel Gon-

çalves Lourenço, presidente da União Africana
- Malásia, Anwar Ibrahim, presidente da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)
- Nigéria, Bola Ahmed Tinubu
- Turquia, Recep Tayyip Erdoğan
- Chile, Gabriel Boric
- Vietnã, Pham Minh Chinh
- Ilhas Marshall, Hilda Heine
- Tanzânia, Samia Suluhu Hassan
- Barbados, Mía Amor Motley, presidente da Comunidade do Caribe (Caricom)
- Kenya, William Samoei Ruto
- Palau, Surangel S. Whipps Jr., presidente da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Aosis)
- Coreia do Sul, Han Duck-soo

Em declaração à imprensa após o encontro, o secretário-geral da ONU afirmou que os diversos líderes se comprometeram em finalizar NDCs no prazo, incluindo a China, que é o maior emissor mundial de carbono e gases de efeito estufa. Segundo Guterres, durante a reunião, Xi Jinping informou que as metas do país abordarão reduções em todos os setores da economia e todos os gases do efeito estufa.

“A China esteve presente na reunião e não apenas anunciou que produziria suas NDCs, mas o presidente Xi disse que essas NDCs vão abranger todos os setores econômicos e todos os gases de efeito estufa. Esta é a primeira vez que a China joga luz sobre essa questão e isso é extremamente importante para a ação climática”, disse Guterres.

Durante o encontro, Lula pediu o apoio a quatro iniciativas que o Brasil está propondo, no âmbito da COP30. A primeira é o Balanço Ético Global, com a convocação de uma série de eventos voltados ao engajamento de lideranças jovens e religiosas, artistas, povos originários, cientistas e tomadores de decisão em torno de um novo pacto ambiental para o planeta.

A segunda iniciativa é a Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil durante sua presidência no G20, no ano passado. Junto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), foi elaborado um guia para a inclusão de políticas sociais e de transformação de sistemas alimentares nas NDCs.

A terceira é a Iniciativa Global pela Integridade das Informações sobre a Mudança do Clima, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que visa valorizar a ciência e combater a desinformação.

Por fim, Lula apresentou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, a ser lançado na COP30, que vai remunerar países em desenvolvimento que preservam suas florestas. O objetivo é que o fundo esteja operacional até a conferência em Belém.

“A menos de sete meses da COP30, o planeta parece estar entrando em território desconhecido pela ciência. O aquecimento global está ocorrendo em ritmo mais acelerado do que o previsto. Em 2024, a temperatura média da Terra ultrapassou pela primeira vez o limite crítico de 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais”, alertou Lula em seu discurso aos líderes.

“Muitos ecossistemas, como as florestas, as geleiras e os mares, correm o risco de atingir um ponto de não retorno. A Amazônia registrou a pior seca da sua história, e o calor extremo tem provocado o branqueamento massivo de corais no oceano. Negar a crise climática não vai fazê-la desaparecer”, acrescentou o presidente brasileiro.

Para ele, a COP30 deverá ser um “grande mutirão” em prol da implementação dos compromissos climáticos. “Guerras, corridas armamentistas e cortes na ajuda ao desenvolvimento e no financiamento climático nos empurram para trás. O planeta já está farto de promessas não cumpridas”, afirmou. (Agência Brasil)

Voepass pede recuperação judicial para reestruturar finanças

A Voepass Linhas Aéreas anunciou na quarta-feira (23) ter entrado na Justiça com um plano de reestruturação para reorganizar seus compromissos financeiros e fortalecer sua estrutura de capital. Segundo a empresa, o pedido de recuperação judicial foi protocolado na terça-feira (22) junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que confirmou a informação.

“Com todo o cenário enfrentado pela companhia nos últimos meses, esta foi a única saída para realizar uma reestruturação completa e garantir que a Voepass volte a oferecer um serviço essencial para o desenvolvimento do Brasil”, disse José Luiz Felício Filho, CEO da Voepass Linhas Aéreas, em nota.

Este é o segundo pedido de recuperação judicial da empresa, que já havia entrado com um processo entre 2012 e 2017. Neste período, a companhia disse ter conseguido reestruturar suas operações e finanças, chegando a transportar mais de 2,7 milhões de passageiros nos últimos três anos.

“Caso o novo pedido de recuperação judicial seja deferido pela Justiça, todos os passivos da Voepass serão congelados e negociados com base em um plano detalhado que será elaborado

para atender a todos os credores”, escreveu a Voepass.

Por meio de nota, a companhia explicou que a medida é uma “continuidade do processo de reestruturação financeira” iniciado em fevereiro deste ano e tem “o propósito de garantir sustentabilidade financeira” para que ela consiga seguir com o seu compromisso de conectar o interior do país aos grandes pólos.

Neste pedido, não estão englobados os processos indenizatórios ligados ao acidente ocorrido em agosto de 2024 em Vinhedo, no interior de São Paulo. Ao todo, 62 pessoas morreram no desastre aéreo. A companhia aérea ressaltou que esses processos estão sendo “realizados diretamente pela seguradora”.

A empresa acrescenta que sua iniciativa ocorre em um contexto desafiador para o setor aéreo regional, que passa por uma diminuição da oferta de acesso ao transporte aéreo no interior do Brasil.

Atividades suspensas

Desde o início de março deste ano, a Voepass está com suas atividades suspensas por decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Com isso, ela não pode voar. “A suspensão

vigorará até que se comprove a correção de não conformidades relacionadas aos sistemas de gestão da empresa previstos em regulamentos”, decidiu a Anac.

Em resposta, a companhia informou que pretende retomar suas atividades o mais breve possível. “Desde a notificação recebida pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em março, a Voepass vem atuando de maneira colaborativa e transparente com o órgão regulador, apresentando todas as comprovações técnicas e operacionais exigidas, com foco na segurança e na retomada das atividades o mais breve possível”, escreveu.

Latam

No pedido de recuperação, a Voepass também cita a Latam como uma das responsáveis por sua crise financeira. As duas empresas tinham um acordo de codeshare, que é o compartilhamento de voos ou de venda de bilhetes de uma companhia aérea em voos operados por outra.

“Em que pese o resultado positivo de algumas negociações, as requerentes foram surpreendidas com a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que suspendeu por tempo indeterminado todos os

seus voos, o que acabou por agravar sua situação financeira, já afetada substancialmente pelos inadimplementos da Latam e por sua ingerência nas atividades das requerentes, tendo em vista que, sem geração de caixa, o Grupo Voepass conseguiu apenas manter os pagamentos de aluguéis de suas obrigações essenciais, aumentando, em consequência, o seu passivo”, alega a companhia em seu pedido.

Procurada pela Agência Brasil, a Latam informou que o encerramento da parceria com a Voepass foi motivado pelo acidente ocorrido no ano passado e também pela proibição da companhia em operar voos.

“A Latam Airlines Brasil reforça que o término da parceria comercial com a Voepass foi motivado principalmente pelo acidente ocorrido no voo 2283, operado pela Voepass em 9 de agosto de 2024. A Latam ressalta também que a Voepass não possui Certificado de Operador Aéreo (COA), conforme suspensão determinada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Essa suspensão a impede de operar voos de transporte de passageiros, o que reforça as justificativas da rescisão contratual”, escreveu a Latam. (Agência Brasil)

MEC vai avaliar qualidade de cursos de medicina anualmente

O Ministério da Educação (MEC) lançou na quarta-feira (23) o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). A proposta é estabelecer um instrumento unificado de avaliação da formação médica no Brasil. Os resultados, segundo a pasta, poderão ser utilizados inclusive para acesso a programas de residência médica.

A prova, realizada anualmente e já com uma primeira etapa prevista para outubro deste ano, será conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em colaboração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), vinculada ao MEC.

Ainda de acordo com o ministério, o exame vai unificar as matrizes de referência e os instrumentos de avaliação no âmbito do Exame Nacional de Desem-

penho dos Estudantes (Enade) para os cursos de medicina e da prova objetiva de acesso direto do Exame Nacional de Residência (Enare).

Durante a cerimônia de lançamento, o ministro da Educação, Camilo Santana, avaliou que o Enamed tem relevância estratégica nacional no que diz respeito à avaliação da formação médica no Brasil e que seus resultados vão impactar diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o ingresso de novos profissionais no mercado de trabalho.

“Vamos formar agora um grupo de trabalho a partir do decreto da comissão interministerial para discutir a proposta que o Inep está colocando dessa prova, dessa avaliação. Vamos chamar conselhos, entidades de classe. Vamos chamar todos para discutir o melhor formato. Já queremos aplicar em outubro aqui no Brasil,

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou a importância de se ter uma avaliação capaz de aferir o progresso do estudante, que aconteça ao longo da formação e não apenas ao final do curso. “Permite que a gente possa avaliar o progresso desse estudante e trazer à luz a instituição formadora”.

“Ainda mais no caso do nosso país, e em outros países do mundo, onde a formação médica, boa parte, é paga, tem mensalidade. Tem que ter um olhar sobre essa instituição formadora. Ou ela vai continuar faturando com as suas mensalidades enquanto oferece baixa qualidade na formação.”

Em nota, o MEC citou os seguintes pontos como objetivos do Enamed:

- avaliação da formação médica: verificar se os concluintes dos cursos de medicina adquiriram as competências e habilidades exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs);
- apoio à melhoria dos cursos: fornecer insumos para o aprimoramento das graduações em medicina, contribuindo para a qualidade da educação médica no Brasil;
- aprimoramento da seleção para a residência médica: unificar a avaliação do Enade e a prova objetiva do Enare, otimizando o acesso à residência médica de acesso direto;
- fortalecimento do SUS: garantir que os futuros médicos estejam preparados para atuar de maneira qualificada na rede pública;
- unificação e transparência: criar um modelo padronizado de avaliação, democratizando o ingresso nos programas de residência médica de acesso direto. (Agência Brasil)

Chegada espetacular define primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet

O primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet foi um verdadeiro espetáculo de emoções no Autódromo de Interlagos.

Sob tempo seco e calor, a prova teve uma largada tranquila, mas tudo mudou com o desenrolar da corrida e a parada obrigatória. Gomes, com ritmo constante e preciso, manteve-se na liderança durante praticamente toda a prova, seguido de perto por Aleandro Fortunato e por Nilson Patrone, que vinha em terceiro.

Na categoria Novatos, André Magno, Vinícius Mendes e a dupla Rogerio Lima/ Francis Sampaio protagonizaram disputas intensas pela vitória. Rafael Rubio também travava um duelo acirrado com Simon Chamorro e Daniel Aguiar.

Pouco antes da metade da prova, os pilotos começaram a realizar suas paradas obrigatórias de 5 minutos. Nesse momento, algumas punições foram aplicadas. Já no fim da janela de pit stops, o safety car foi acionado após um acidente com o carro #377, da dupla Karen e Luciano Brito, o que forçou alterações nas estratégias. Eber Gomes foi um dos últimos a parar e só não retornou mais à frente dos concorrentes devido à reorganização provocada pelo carro de segurança.

Nas voltas finais, com a chuva já caindo forte em São Paulo, o desafio aumentou. O traçado ficou escorregadio e traiçoeiro. Sob pressão de Patrone, Eber Gomes precisou se defender até

a última curva. Os dois carros subiram lado a lado a curva do Café e cruzaram a linha de chegada praticamente juntos. A decisão foi possível apenas por meio do live timing, já que a forte chuva impedia a visualização clara do vencedor.

Na categoria Sport, André Magno levou a melhor, cruzando a linha de chegada com pouco mais de dois décimos de vantagem sobre Sampaio e Lima. Já entre os Novatos, Rafael Rubio conquistou sua quarta vitória em cinco corridas na temporada 2025, com Simon Chamorro em segundo e Daniel Aguiar em terceiro.

A Copa Joy Chevrolet retorna em junho, com a realização da quarta etapa da temporada. **Calendário da temporada Copa**



Copa Joy - Mini Endurance - Abril 2025

Joy Chevrolet 2025:

1ª etapa: 8 de fevereiro – Interlagos; 2ª etapa: 8 de março – Interlagos; 3ª etapa: 19 de abril

– Interlagos; 4ª etapa: 21 de junho – Interlagos; 5ª etapa: 26 de julho – Interlagos; 6ª etapa: A definir; 7ª etapa: 15 de novembro – Velocittá; 8ª etapa: 20 de dezembro – Interlagos.

A sexta etapa ainda aguarda definições.

*O calendário pode sofrer alterações ao longo da temporada.

As corridas da Copa Joy Chevrolet podem ser acompanhadas no canal oficial da Alpie Racing no You Tube, <https://www.youtube.com/@alpieoficial>, no canal do Portal e TV High Speed Brazil, www.youtube.com/highspeedtvbr, nas multiplataformas do canal, na TV One de Belém, CBTv e CBTv Play.

A Copa Joy Chevrolet conta com o apoio da Chevrolet, Hipper Freios, Wurth, Impacto Amortecedores Especiais, Pro Tune, Portal e TV High Speed Brazil.

BRB Stock Car 46 anos

Como Chico Landi ajudou na conquista do primeiro título da história



Paulo Gomes (patrocinado pela Coca-Cola) alinhado no primeiro grid da Stock Car

A carreira de Francisco Sacco Landi, conhecido no Brasil e no mundo como Chico Landi, foi desde sempre pautada pelo pioneirismo. É foi isso o que aconteceu em 1979, quando Landi cedeu sua experiência e orientações a um jovem talento brasileiro, Paulo Gomes, que também se tornaria uma lenda do esporte. Naquele mesmo ano, Paulão conquistou o primeiro título da história da BRB Stock Car Pro Series, sob os aplausos e olhares de seu ídolo, Chico Landi.

Nascido em 11 de julho de 1907, Landi se desenvolveu como piloto inicialmente no cenário nacional, destacando-se em provas

de rua famosas, como o GP Cidade do Rio de Janeiro, no famoso Circuito da Gávea, onde venceu três vezes (1941, 1947 e 1948). Também em 1947, estreou no exterior no GP de Bari, no sul da Itália, e triunfou na prestigiada prova no ano seguinte a bordo de uma Ferrari, sendo o primeiro brasileiro a vencer uma corrida de automobilismo fora do país.

Tal destaque levou o piloto paulista ao grid do Mundial de Fórmula 1, que no início de 1950 dava seus primeiros passos. Sua estreia, com uma Ferrari alugada — iniciativa habitual à época —, aconteceu no GP da Itália de 1951, em Monza. Primeiro brasileiro a

correr na categoria máxima do automobilismo, Chico também foi o primeiro piloto oriundo do país a pontuar na Fórmula 1 com o quarto lugar conquistado no GP da Argentina de 1956, na sua última prova no Mundial.

Depois da passagem pela Fórmula 1, Chico Landi voltou ao esporte a motor brasileiro e engatou uma sequência de êxitos até encerrar a carreira em 1974. O que pouca gente sabe é que, cinco anos depois, 'seo' Chico foi determinante na campanha do primeiro campeão da BRB Stock Car Pro Series, o também lendário Paulo Gomes.

Parceria de sucesso — Foi na década de 1970 que os caminhos de Paulão e Chico Landi se encontraram pela primeira vez. Muito antes do próprio nascimento da BRB Stock Car, Gomes já mostrava sua destreza e habilidade nas pistas do Brasil e se destacava em corridas de prestígio, como as Mil Milhas Brasileiras.

Ainda naquela época, Paulão trilhou uma jornada épica ao lado de Alfredo Guaraná Menezes e Marinho Amaral nas 24 Horas de Le Mans de 1978, com o Team Pace, batizado em homenagem a José Carlos Pace, que havia falecido no ano anterior em razão de um acidente aéreo. O trio fez história ao terminar em sétimo lugar na classificação geral e em segundo na classe FIA Grupo 5 a bordo

de um Porsche 935/77.

Meses depois do êxito em Le Mans, Paulão Gomes trouxe Chico Landi para trabalhar ao seu lado como consultor técnico em uma categoria concebida inicialmente para promover os Chevrolet Opala, então modelo premium da General Motors e que até hoje povoa o imaginário dos apaixonados por carros. Foi em 22 de abril de 1979 — há exatos 46 anos — que nascia a Stock Car, no Autódromo de Tarumã, em Vião, então uma pequena cidade do Rio Grande do Sul.

Com saudades, Paulão Gomes recorda como era o trabalho tendo como consultor um gênio das pistas. “Minha equipe era sediada em Ribeirão Preto. Meus mecânicos eram todos ‘caipiras’ de Ribeirão, assim como eu. ‘Seo’ Chico sempre me dava conselhos e orientações importantes. Ele dizia o que deveríamos fazer no carro. Naquele ano, ele foi super importante para mim e para toda a equipe. Nos ajudou muito na campanha do primeiro título da Stock Car”.

O primeiro campeão da BRB Stock Car revela que a presença de Chico Landi ao seu lado foi determinante em vários aspectos naquela campanha, não somente dentro das pistas. “Eu e ‘seo Chico’ éramos muito amigos. Ele sempre me deu conselhos muito importantes para eu me desenvol-

ver como piloto profissional. Entre esses toques, dizia sobre como eu deveria agir nas entrevistas com os jornalistas, como me alimentar nos finais de semana de corridas e como deveria me preparar fisicamente. Claro, falamos bastante sobre os carros de corrida e, no caso, sobre o meu Stock Car”, relembrou.

Já nos anos 1980, Chico Landi foi nomeado administrador do Autódromo de Interlagos e foi um dos responsáveis pela reforma que possibilitou ao traçado receber etapas do Mundial de Fórmula 1. ‘Seo’ Chico morreu em sete de junho de 1989, aos 81 anos. O lendário piloto foi cremado e suas cinzas foram espalhadas pelo autódromo.

Reverência e gratidão — Paulão entrou para a história do automobilismo brasileiro graças às suas inúmeras vitórias, títulos, arrojado, personalidade e carisma. Sua carreira na BRB Stock Car rendeu marcos impressionantes: Gomes conquistou quatro taças de campeão (1979, 1983, 1984 e 1995), 40 vitórias, 22 poles, 91 pódios e 34 voltas mais rápidas em 247 corridas disputadas. Pai de Marcos Gomes, campeão em 2015, e de Pedro Gomes, vencedor de corrida na categoria, Paulão ainda triunfou nas duas corridas extracampeonato realizadas no Autódromo do Estoril, em Portugal, no ano de 1982, válidas

pelo chamado Torneio Grão Pará. O histórico êxito nas provas da Europa representa muito: “Sou o único campeão mundial da Stock Car”, costuma dizer o mineiro e ribeirão-pretano de coração.

Todo esse sucesso começou com a união ao pioneiro e lenda brasileira do automobilismo. Gomes faz questão de demonstrar gratidão: “Prestava muita atenção em tudo o que meu mestre, ‘seo’ Chico Landi, me orientava. Sem dúvidas, ele me mostrou o caminho do profissionalismo e ensinou a ser um verdadeiro campeão. Sou super grato ao ‘seo’ Chico até os dias de hoje”, emocionou-se Paulão.

“Tenho certeza que, lá do céu, o ‘seo’ Chico aplaude o sucesso da Stock Car, que começou conosco lá em 1979”, disse Paulo Gomes. “A Stock Car é uma categoria maravilhosa, super competitiva, muito emocionante, tem os melhores pilotos do nosso Brasil. As maiores disputas acontecem dentro das corridas da Stock Car. Fico feliz em lembrar dessa história com o ‘seo’ Chico na nossa principal categoria, justamente comigo. Foi uma honra que tenho a felicidade de lembrar. Ele foi muito importante para mim e também faz parte dessa trajetória que agora completa 46 anos”, completou Paulão Gomes.

São Paulo com 44 atletas na seleção brasileira que irá ao 54º Campeonato Sul-Americano

O atletismo paulista terá, mais uma vez, uma participação expressiva em eventos internacionais. Neste fim de semana, entre 25 e 27 de abril, o Brasil disputará o 54º Campeonato Sul-Americano Adulto de Atletismo, na cidade de Mar del Plata, na Argentina, e da delegação de 88 atletas, 44 são de clubes e associações filiadas à Federação Paulista de Atletismo. O estado também contará com seis treinadores, além de uma fisioterapeuta e uma massoterapeuta.

A competição valerá índices, pontos importantes para o Ranking Mundial e vagas aos campeões de Área Sul-Americana (desde que tenham o melhor resultado na prova na área) na corrida pela qualificação ao Mundial de Atletismo de Tóquio, Japão, em setembro. Os atletas mais jovens têm foco em atuações destacadas nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção, Paraguai, em agosto.

Os atletas de São Paulo no evento em terras argentinas representam os seguintes clubes e associações: EC Pinheiros, Orcampi, Instituto Elizângela Maria Adriano-IEMA, ASPM Pindamonhangaba, AD Centro Olímpico, Kiatleta Associação Desportiva, Associação Esportiva Taubaté de Atletismo e SESI-SP.

A Federação Paulista de Atletismo deseja boa sorte a todos os atletas que estarão defendendo as cores e a hegemonia do atletismo nacional na

América do Sul.

Atletas paulistas convocados:

Feminino (22)

Ana Carolina Azevedo (EC Pinheiros-SP) - 100 m - 200 m - 4x100 m; Vitória Rosa (Pinheiros-SP) - 100 m - 4x100 m; Lorraine Martins (Pinheiros-SP) - 200 m - 4x100 m; Tiffani Marinho (Orcampi-SP) - 400 m - 4x400 m; Jaiiny dos Santos Barreto (Instituto Elizângela Maria Adriano-IEMA-SP) - 400 m - 4x400 m; Mayara dos Santos Leite (Pinheiros-SP) - 800 m; Tatiane Raquel da Silva (Pinheiros-SP) - 5.000 m - 3.000 m com obstáculos; Ketiley Batista (ASP Pindamonhangaba-SP) - 100 m com barreiras; Chayenne Pereira da Silva (Pinheiros-SP) - 400 m com barreiras; Camille Cristina de Oliveira (Pinheiros-SP) - 400 m com barreiras; Mirelle Leite da Silva (Pinheiros-SP) - 3.000 m com obstáculos; Valdiléia Martins (Orcampi-SP) - salto em altura; Arielly Kailane Monteiro Rodrigues (Pinheiros-SP) - salto em altura; Gabriele Sousa dos Santos (Pinheiros-SP) - salto triplo; Regiclecia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) - salto triplo; Izabela Rodrigues da Silva (IEMA-SP) - lançamento do disco; Andressa Oliveira de Moraes (Pinheiros-SP) - lançamento do disco; Jucilene Sales de Lima (IEMA-SP) - lançamento do dardo; Roberta Almeida dos Santos (Pinheiros-SP) - heptatlo; Gabriela Silva Mourão (Pi-



Federação Paulista de Atletismo

nhheiros-SP) - 4x100 m; Vanessa Sena dos Santos (AD Centro Olímpico-SP) - 4x100 m; Rita de Cássia Ferreira Silva (Pinheiros-SP) - 4x400 m.

Masculino (22)

Felipe Bardi dos Santos (SESI-SP) - 100 m - 4x100 m; Erik Felipe Barbosa Cardoso (SESI-SP) - 100 m - 4x100 m; Vinícius Rocha Moraes (ASPM Pindamonhangaba-SP) - 4x100 m; Rodrigo Pereira do Nascimento (Pinheiros-SP) - 4x100 m; Vitor Hugo Mourão dos Santos (AD Centro Olímpico-SP); Gabriel Aparecido dos Santos Garcia (Pinheiros-SP) - 200 m; Lucas da Silva Carvalho (Pinheiros-SP) - 400 m - 4x400 m; Jadson Erik Soares de Lima (Pinheiros-SP) - 4x400 m; Eduardo Ribeiro Moreira (Pinheiros-SP) - 800 m; Thiago do Rosário André (Pinheiros-SP) - 1.500 m; Fábio Jesus

Correia (Kiatleta Associação Desportiva-SP) - 10.000 m; Thiago Resende Ornelas (Associação Esportiva Taubaté de Atletismo-SP) - 110 m com barreiras; Francisco Guilherme dos Reis Viana (Orcampi-SP) - 400 m com barreiras; Thiago Julio Alfano Moura (Pinheiros-SP) - salto em altura; Fernando Carvalho Ferreira (IEMA-SP) - salto em altura; Lucas Alisson Pedro (Pinheiros-SP) - salto com vara; Lucas Marcelino dos Santos (Pinheiros-SP) - salto em distância; Elton Junio dos Santos Petronillo (Pinheiros-SP) - salto triplo; Wellington Silva Moraes (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; Douglas Junior dos Reis (IEMA-SP) - lançamento do disco; Pedro Henrique Nunes Rodrigues (Pinheiros-SP) - lançamento do dardo; Allan da Silva Wolski (Pinheiros) - lançamento do martelo.

Estão abertas as inscrições para o 2º Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha

Já estão abertas as inscrições para o 2º Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, que será realizado no Parque Nacional de Itatiaia, em Itatiaia, Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de junho. As inscrições podem ser feitas entre os dias 22 de abril e 6 de maio no site da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). A competição será realizada paralelamente ao evento de trail running da Evolutio Itatiaia National Park (que tem regulamento e cronograma próprios).

Poderão participar da competição nacional os clubes regularmente filiados às federações estaduais de atletismo. Para ser convocado para seleções em eventos internacionais o vínculo do atleta com o clube é obrigatório (todas as orientações estão disponíveis na Nota Oficial 69/2025 e no Regulamento do Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, no site da CBAt).

As provas do Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha:

Long Trail 100 km 4.900 m d+ (a partir de 20 anos); Short Trail 46,2 km 1.960 m d+ (a partir de 20 anos); Classic 12,4 km 520 m d+ (a partir de 18 anos); Uphill 5 km 1.000 m d+ (a partir de 16 anos); Junior 7 km 220 m d+ (de 16 a 19 anos). As inscrições das equipes

participantes podem ser feitas on-line no site da CBAt pelos clubes e seus atletas (<https://sge.cbata.org.br/inscricao/ eventos>). Serão disponibilizadas quinze vagas por sexo, por prova, num total de 150 vagas. O atleta poderá ser inscrito em até duas provas, sendo que em uma delas poderá ser somente na Uphill. As vagas serão preenchidas obedecendo o critério de maior pontuação no Ranking Geral da International Trail Running Association (ITRA).

Na inscrição, o atleta poderá fazer duas opções de provas, pois pode ser aceito em sua segunda opção no caso de ficar fora das vagas disponíveis em sua primeira escolha. Por exemplo: primeira Opção - Short Trail Uphill e segunda Opção - Classic. O Ranking da ITRA é sempre a base que será usada para o preenchimento das vagas.

Os equipamentos e vestuários obrigatórios, o sistema de classificação e pontuação das equipes, a premiação dos atletas, regras sobre o apoio e o abandono de provas, sobre o controle antidopagem e o uso de imagem e som são pontos que estão detalhados no regulamento. Todos os atletas deverão passar pelos pontos de controle e os tempos de correte serão informados após a definição dos percursos.